



## **ATA NÚMERO DOIS**

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAVIRA REALIZADA NO DIA DEZASSETE DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE

Aos dezassete dias do mês de junho do ano dois mil e vinte reuniram em sessão ordinária, a
Assembleia Municipal de Tavira, realizada por videoconferência nos termos do artigo n.º 3 da Lei n.º 1-
A/2020, de 19 de março, na sua redação atual, com a seguinte Ordem do Dia:
1. Apreciação das informações da Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal;
2. Relação de procedimentos realizados ao abrigo da autorização prévia para a assunção de
compromissos plurianuais – Proposta nº 254/2019/CM;
3. Apreciação do Relatório de Contas relativo ao exercício de 2019 da TaviraVerde – Empresa Municipal
de Ambiente. E.M.;
4. Prorrogação de isenções – Medidas de apoio a agentes económicos e grupos sociais mais
desfavorecidos, no âmbito do plano de prevenção da pandemia COVID-19 — Proposta n.º 158/2020/CM;
5. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 85/2020/CM, referente à
"Requalificação das Antas das Pedras Altas e da Masmorra" – Reconhecimento de interesse do
investimento;
6. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 90/2020/CM, referente ao
Regulamento e Tabela de Taxas – Versão final;
7. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 107/2020/CM, referente ao
Concurso público para concessão do direito de exploração do Bar da Biblioteca Municipal de Tavira –
Biblioteca Álvaro de Campos – Abertura de procedimento, aprovação das peças e nomeação do Júri;
8. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 114/2020/CM, referente ao Mapa de
Fluxos de Caixa e 1.ª alteração modificativa ao Orçamento de 2020;
9. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 121/2020/CM, referente ao Plano de
Urbanização de Tavira - Aprovação;
10. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 135/2020/CM, referente ao
Contrato programa entre o Município de Tavira e a Associação para o Desenvolvimento Integrado da
Baixa de Tavira – UAC de Tavira;



	A
1	John
a.	Cry.

11. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 159/2020/CM, referente a
Prestação de Contas   2019;
12. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 192/2020/CM, referente à Adenda
ao contrato interadministrativo celebrado com a Freguesia de Santa Luzia
O Presidente da Assembleia Municipal, José Otílio Pires Baia, declarou aberta a sessão pelas vinte e
uma horas e vinte e nove minutos, que estava a ter transmissão direta pelo <i>Facebook</i> do Município
Verificando que a sessão já tinha começado a ser transmitida cumprimentou os presentes na
Biblioteca Municipal e todos os que estavam a participar via <i>Zoom</i> pelos motivos que todos conheciam.
Pelo Presidente da Assembleia Municipal foi efetuada a chamada, tendo-se registado presentes os
deputados municipais, Ana Cristina dos Santos Palmeira, Ana Margarida Franco de Mendonça Viegas e
Silva Baioa, Ângelo Filipe Silva Pereira, Artur António Guerreiro Sanina, Carla Patrícia Maié Martins,
Carlos Manuel Viegas de Sousa, Elsa Maria da Conceição Martins, Fernando Manuel Soares Germano
Rodrigues, Hugo Daniel Santos Gomes, Ilídio Manuel de Sousa Martins, Jorge Humberto Martins Corvo,
José Epifânio Martins da Graça, José Liberto da Conceição Graça, José Mateus Domingos Costa, José
Otílio Pires Baia, Maria João Teixeira Dias dos Anjos, Maria José Dias Palma Simão Mestre, Maria
Manuela Gonçalves Romão, Maria Otília Martins Cardeira, Muriel Cristina Dias, Narciso dos Reis Martins
Barradas, Nuno Filipe Gonçalves Diogo, Pedro Miguel Entrudo Soares, Sílvia Alexandra Sanches Soares,
Silvino Mário Pereira das Dores Santos Oliveira, Virgílio António Horta e Vitor Manuel do Nascimento
Palmeira
Como habitualmente, colocou à consideração a ata número um referente à sessão realizada no dia
vinte e sete de fevereiro e que a todos tinha sido distribuída
Informou que, caso alguém tivesse algo a dizer deveria usar o ícone "Bate-Papo" do Zoom para
efetuar as inscrições para uso da palavra uma vez que era mais fácil verificar a ordem dos inscritos.
Referiu ainda que para as votações deveriam colocar a mão no ar e aguardar para que fosse possível
proceder à contagem uma vez que no <i>ecran</i> não era tão fácil como seria se estivessem todos na sala
Verificando não existirem intervenções colocou à votação a ata número um
O Deputado Municipal Silvino Oliveira disse que se iria abster porque não podia votar a ata uma vez
que não tinha estado presente
<b>O Presidente da Assembleia Municipal</b> explicou que, nos termos da legislação, a votação era apenas
efetuada pelos deputados municipais que tinham estado presentes
A ata número um referente à sessão realizada no dia vinte e sete de fevereiro foi aprovada por
unanimidade dos então presentes conforme listagem anexa como documento número um
O Presidente da Assembleia Municipal referiu que a Ordem do Dia era composta por alguns pontos
mas tinham dado entrada na Mesa da Assembleia Municipal três documentos que iriam começar por
analisar e colocar à discussão.



Por ordem de entrada, tinham sido recebidos uma Recomendação do Bloco de Esquerda (BE), uma
Saudação e uma Moção de Congratulação do Partido Socialista (PS)
Relembrou o que sempre pedia, para que fossem contidos, sintéticos, e não perdessem tempo, por
vezes, a divagar
Passou a palavra ao proponente da Recomendação "Pela Requalificação do Centro de
Experimentação Agrária de Tavira", que se encontrava na sala, o Deputado Municipal Artur Sanina
<b>O Deputado Municipal Artur Sanina</b> referiu que tinham remetido aquela recomendação porque
tendo realizado reuniões com os técnicos agrários, do Centro de Experimentação Agrária de Tavira
(CEAT), no sentido de saber quais eram as suas necessidades e os seus anseios tinham verificado que
eles estavam com grande vontade de trabalhar e desenvolver os seus projetos mas que os meios que
dispunham não eram nenhuns e que não podiam desenvolver o trabalho.
Aquele mesmo reconhecimento tinha sido efetuado naquela sala pelo anterior Presidente da
Câmara Municipal, Jorge Coelho, que tinha reconhecido não ter dado a devida atenção à questão do
Centro Agrário e ao desenvolvimento do mesmo
Perante as informações obtidas e os anseios demonstrados por parte quer do Executivo Municipal,
quer do CEAT e da própria Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR) tinham
elaborado a recomendação que passava a ler:
"Considerando que o Centro de Experimentação Agrária de Tavira (CEAT) detém, através das várias
coleções de espécies arbóreas, um património único no País e que deve ser salvaguardado como ponto
de referência do concelho de Tavira
Considerando que o CEAT necessita de uma recuperação profunda para manter a sua capacidade de
manutenção, valorizando assim o seu património e consequentemente o concelho de Tavira
Considerando que os recursos humanos existentes no CEAT são verdadeiramente insuficientes
agravando-se no futuro caso nada seja feito para contrariar esta tendência
Considerando que o CEAT pode potenciar a oferta turística do concelho de Tavira, através da
inclusão de uma alternativa ambiental e agrícola.
Justifica-se assim a necessidade de a curto prazo a Câmara Municipal de Tavira iniciar uma ação de
salvaguarda do CEAT através de uma parceria com a tutela de forma a garantir o presente e o futuro
daquele espaço tão relevante e indispensável para o concelho de Tavira
Assim, pelo exposto acima, a Assembleia Municipal, reunida em 17/06/2020, recomenda ao
Executivo Camarário que:
1- Desenvolva rapidamente esforços para a obtenção de uma parceria com o Ministério da
Agricultura, com objetivo de recuperar o Centro de Experimentação Agrária de Tavira (CEAT), assim
como o reforco dos recursos humanos no respetivo Centro Agrário.





Tavilla VIII	a
2- Pugne pela dinamização do CEAT, com o objetivo de o mesmo se tornar um centro de excelê	ncia
quanto à formação ambiental, agrícola e florestal, assim como a passagem de todo o CEAT pa	ra a
produção biológica com a consequente sustentabilidade ambiental e agrícola.	
3- Dinamize e apoie a criação, no CEAT, de um Núcleo Museológico predominantemente dedica	do à
história agrícola do Algarve, especialmente do Sotavento, das suas espécies arbóreas e da maquin	aria
agrícola utilizada na lavoura."	
Concluiu dizendo que aquelas eram as recomendações que o BE pretendia levar ao Execu	ıtivo
Municipal.	
O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu e dizendo que sabia ter sido por engano, qua	ındo
se tinha referido, na introdução, ao anterior Presidente da Câmara, apenas pretendia lembra	ar o
Deputado Municipal Artur Sanina que não se chamava Jorge Coelho mas Jorge Botelho.	
Colocou a recomendação à discussão	
O Deputado Municipal José Graça cumprimentou os presentes quer na Biblioteca Municipal que	er os
que se encontravam em casa e referiu uma saudação especial a todos os que os seguiam nas re	edes
sociais. Sendo a primeira transmissão da Assembleia Municipal de Tavira pensava que era um facto	que
deveriam de justificar e sublinhar.	
Referiu que o PS tinha visto com agrado a apresentação daquela recomendação por parte do	BE,
mas não queria contudo deixar de sublinhar uma ou duas pequenas notas sobre a proposta.	
Desde o ano de dois mil e nove que o Executivo Municipal tinha vindo a pugnar pela requalifica	ação
do CEAT, antiga estação agrária de Tavira. Ao longo daqueles onze anos tinham sido efetuadas inúm	eras
propostas ao Ministério da Agricultura no sentido daquele Centro ser dinamizado e ser rentabiliz	ado
todo o potencial de património público que ali estava localizado, nomeadamente pela reabertu	ra e
dinamização do centro de formação profissional que se encontrava naquele espaço, pela rentabiliza	ação
das instalações da casa do feitor e a sua transformação em museu, museu da história agrícola e da D	ieta
Mediterrânica (DM) que era um desidrato mais antigo do Município, mesmo anterior ao atual Execu	ıtivo
Municipal, nomeadamente na sequência da exposição que tinha sido desenvolvida pelo Mu	ıseu
Municipal de Tavira, sobre Tavira e as suas gentes, algures entre os anos de dois mil e sete e dois r	nil e
oito e que justificaria, até por um conjunto de conteúdos que tinham sido desenvolvidos naquela alt	:ura,
a operacionalização de um museu naquele espaço emblemático	
Relativamente à proposta apresentada pelo BE, a proposta de recomendação, a bancada do	o PS
votaria favoravelmente o ponto número um, mas gostariam que o BE ponderasse a possibilidade	e de
alterar os pontos números dois e três	
Quanto ao ponto número dois, propunham que este ficasse apenas pelas primeiras duas linha	s da
proposta "Pugne pela dinamização do CEAT, com o objetivo de o mesmo se tornar um centro	
excelência quanto à formação ambiental, agrícola e florestal," porque pensava que não deviam de o	dizer





aos especialistas da Agricultura o que ali iriam fazer e porque aquele segunda parte tinha um carácter imperativo que pensava poder prejudicar a operacionalização da proposta. Relativamente ao ponto número três pensava que o CEAT não se podia limitar a ser apenas um Núcleo Museológico, tendo que ser um local vivo, que fosse vivido pelas pessoas, pelas famílias e que de alguma forma também representasse tudo aquilo que tinham conquistado ao longo dos últimos anos enquanto comunidade representativa da DM como Património Cultural Imaterial da Humanidade e que teria naquele espaço um espaço de excelência. \_ \_\_ Tinha sido aquela a proposta que o Município de Tavira tinha efetuado ao Ministério da Agricultura já há vários anos e que tinha vindo a ser protelada por razões de vária ordem. \_ \_\_\_ Lamentavam também que muita daquela capacidade que o CEAT tinha tivesse sido prejudicada com a alienação de metade do espaço do Centro aquando da criação do banco de terras, sem que o Município tivesse sido consultado, mas presentemente tinham ali um património que era público e que devia de ser valorizado e rentabilizado. \_\_\_\_\_ \_\_\_ A proposta que o PS fazia ao BE era no sentido daquela recomendação ser alterada, sendo que teriam todo o gosto em votá-la favoravelmente caso o BE aceitasse a alteração como propunham.\_\_\_\_ O Deputado Municipal Pedro Soares cumprimentou os presentes e o público que estava em casa a assistir. \_\_ Disse que relativamente à recomendação do BE a Coligação Democrática Unitária (CDU), como tinha vindo a referir em particular na última Assembleia Municipal, considerava que era realmente fundamental a conservação e o investimento nas instalações do CEAT, porém existiam questões com as quais não concordavam, nomeadamente que fosse a Câmara Municipal ter responsabilidades no CEAT quando este era da responsabilidade da Direção Regional De Agricultura e Pescas Do Algarve (DRAPALG). Era óbvio, e acreditava que a Câmara Municipal tinha todo o interesse, bem como os tavirenses, que aquele espaço fosse revitalizado mantendo os objetivos para o qual tinha sido criado, a sua preservação, investigação, formação e o apoio à cultura, mas pensava que tal caberia a quem de direito. \_\_ Queria acreditar que fossem possíveis pequenas e determinadas obras mas não caberiam nunca à Câmara Municipal, principalmente no presente, numa altura em que a transferência de competências iria criar mais encargos aos municípios, que fosse esta ainda a suportar mais aquele encargo. \_\_\_\_ \_\_\_ Concluiu dizendo que a CDU se iria abster quanto à recomendação do BE. \_\_\_\_\_ \_\_\_ O Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Deputado Municipal Artur Sanina para, caso o entendesse, responder aos deputados municipais José Graça e Pedro Soares. \_\_\_\_\_ \_\_\_ O Deputado Municipal Artur Sanina disse que como o Deputado Municipal José Graça tinha confirmado, já ao longo de muitos anos, e ele já integrava aquela Assembleia Municipal há seis, vinham a discutir aquela questão do CEAT. Todas as recomendações que tivessem aquele sentido eram bem-

tavira

vindas, sendo que aquela que apresentavam não era mais que uma recomendação para que o processo se iniciasse, que os interesses começassem realmente a existir. Não estava em causa se a responsabilidade era da Câmara Municipal ou não, até porque na recomendação referiam que a Câmara Municipal desenvolvesse contatos junto do Ministério da Agricultura de modo a preservar e dinamizar aquele espaço. Também concordava com a importância que o CEAT tinha a nível cultural, pelo que fazia a proposta aos dois deputados municipais para que enriquecessem aquela recomendação.\_ Concordavam pois com o que tinha sido dito pelo que propunha às bancadas do PS e da CDU que enriquecessem a recomendação englobando a questão relacionada com a cultura. O Presidente da Assembleia Municipal referiu que não tinha percebido muito bem a última parte da intervenção pelo que questionava se o Deputado Municipal Artur Sanina aceitava que fosse retirado o último ponto da recomendação e as últimas duas linhas do ponto número dois conforme proposta efetuada pelo representante do PS. \_\_ \_\_\_ O Deputado Municipal José Graça disse que a proposta que tinha feito relativamente ao terceiro ponto era no sentido de que este fosse enriquecido de modo a não se cingir apenas a ser um núcleo museológico. Todos sabiam que o CEAT era da responsabilidade do Ministério da Agricultura mas a alteração tinha como objetivo que a parceria que viesse a ser desenvolvida com o Município pudesse também transformar aquele local num centro vivo de experimentação da DM nomeadamente que houvesse um conjunto de equipamentos diferenciadores e que potenciassem a atratividade do CEAT concretizando a sua vocação como Centro de Referência da DM em Tavira e em Portugal. \_\_ O Presidente da Assembleia Municipal referiu que desconhecia se o Deputado Municipal Artur Sanina estava em condições de fazer todas aquelas alterações à recomendação que tinha apresentado, tanto em relação ao proposto pelo PS que era mais amplo, como pelo representante da CDU que considerava, e muito bem, que não deveria de ser a Câmara Municipal a investir naquele espaço que não era Municipal. Pensava que era sempre importante recordar que o espaço não era pertença da Câmara Municipal e relativamente ao qual tinha tido muito poucas respostas da tutela, no caso do Ministério da Agricultura, DRAPALG, que pouco falavam com a Câmara Municipal sobre o assunto ou sobre os vários assunto, sobre os vários desenvolvimentos que tinham vindo a acontecer, inclusivamente o movimento que tinha existido devido à estrada que atravessava aquele local, entre outros. Pensava que todos já sabiam que a estrada não iria ser executada, mas por incrível que pudesse parecer, quem devia de saber ainda não tinha sido informada, a Câmara Municipal. Portanto parecia-lhe que estavam a insistir numa situação que, como já tinha ali sido referido, pelo menos com o Executivo atual, desde o ano de dois mil e nove, mas acreditava que também com o anterior, com Macário Correia do qual ele próprio era Vereador, tinham desenvolvido várias démarches junto do Ministério da Agricultura sobre aquele espaço, o que tinha acontecido há mais de vinte anos em que ainda tinha alguma atividade sendo que presentemente estava completamente moribundo.



Concluiu propondo que se não seria mais aconselhável o BE, tendo ouvido as intervenções dos
senhores deputados José Graça e Pedro Soares, reformular a recomendação e que, com calma e tempo,
ela fosse apresentada na Assembleia Municipal seguinte que provavelmente se realizaria em menos de
um mês dado que iria haver outra sessão no mês de julho
Aquela era pois a recomendação do Presidente da Assembleia Municipal, todavia gostava de ouvir a
opinião do Deputado Municipal
O Deputado Municipal Artur Sanina mencionou que o Presidente da Assembleia Municipal tinha
referido, e bem, que aquele espaço estava moribundo e as questões relativas a ele tinham-se vindo a
agravar. Como estavam num espaço de democracia que era a Assembleia Municipal aceitavam as
alterações propostas pelo PS mas pretendiam que a recomendação fosse votada naquela sessão
O Deputado Municipal Jorge Corvo cumprimentou os presentes e os que estavam a assistir àquela
Assembleia Municipal em casa
Disse que relativamente ao assunto em discussão, o Presidente da Assembleia Municipal tinha dito,
e bem, que existiam de facto muitas incertezas que convinha que, talvez antes daquela proposta ou
daquelas recomendações que eram importantes, também fossem incluídas no seu texto porque
estavam numa fase em que desconheciam o que é que a Infraestruturas de Portugal (IP) queriam fazer
relativamente ao acesso e algumas recomendações de tentativa de alterar o acesso pelo limite da
propriedade eram vazias, sendo que existiam muitas situações a estudar
Considerava que tal facto eram importante e que poderia permitir receber contrapartidas para que
o local que todos julgavam importante, e para o qual cada um tinha uma visão diferente, mas
partilhavam a ideia de que depois do estudo da IP viessem a haver contrapartidas para a implementação
de algumas das medidas que o Deputado Municipal Artur Sanina propunha e que, em última análise,
todos pretendia ver implementadas naquela zona
Terminou dizendo que desconhecia qual era o ponto da situação sendo que também gostaria de
ouvir se a Presidente da Câmara Municipal teria alguma informação sobre o assunto
A Presidente da Câmara Municipal cumprimentou todos e disse que relativamente á desistência do
projeto por parte da IP tinha sabido através da Comunicação Social, através de um comunicado do
Deputado pelo Algarve do Partido Social Democrata (PSD), Rui Cristina, todavia nada tinha recebido
formalmente. Tinha tentado de imediato procurar o relatório do impacto da avaliação ambiental que
estava a ser feito pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA) que não tinha encontrado
Confessava que não tinha voltado a procurar na página Web pelo que desconhecia se constava ou
não, mas efetivamente não sabia mais nada para além do que tinha saído na Comunicação Social.





O Presidente da Assembleia Municipal disse que não sabia se o Deputado Municipal José Graça
pretendia formalizar a proposta tendo em atenção o que o Deputado Municipal Artur Sanina tinha dito,
a alteração da argumentação
Uma vez que o Deputado Municipal Artur Sanina não abdicava da votação naquela sessão,
questionava como seria colocada a votação, se sem o ponto número três, sem as últimas duas linhas do
ponto número dois, ou como seria.
O Deputado Municipal José Graça disse que relativamente ao ponto número dois deveriam ser
retiradas as linhas três e quatro ficando " pela dinamização do CEAT com o objetivo do mesmo se
tornar um centro de excelência para a formação ambiental agrícola e florestal." Mesmo naquele ponto
número dois pensava que quando apelava ao Executivo Municipal que fizesse aquele trabalho, o CEAT
era, como já tinham ali dito, propriedade do Ministério da Agricultura, pelo que a indicação de ser o
Executivo Municipal a pugnar pela sua dinamização, pensava ser uma redundância porque já constava
no número um da recomendação, contudo deixavam passar a proposta na primeira parte
Quanto ao terceiro ponto que era ali apresentado "Dinamize e apoie a criação, no CEAT, de um
Núcleo Museológico predominantemente dedicado á história agrícola do Algarve, especialmente do
Sotavento, das suas espécies arbóreas e da maquinaria agrícola utilizada na lavoura" o que propunham
era "Dinamize e apoie a criação no CEAT de um Núcleo Museológico e a criação de equipamentos
diferenciadores da sua atividade e que concretize a sua vocação como centro de excelência da Dieta
Mediterrânica," sendo certo que o Núcleo Museológico teria que naturalmente ser dedicado à questão
da história agrícola do Algarve
Na sua intervenção anterior não tinha referido o nome da exposição, que entretanto se tinha
recordado, "A Cidade e mundos rurais", que tinha decorrido no Museu Municipal de Tavira durante o
ano de dois mil e sete
Concluiu dizendo que se o BE aceitasse o que propunham pensava estarem reunidas as condições
para que a bancada do PS pudesse votar favoravelmente a proposta
O Deputado Municipal Artur Sanina disse que aceitavam as alterações propostas, questionando
apenas qual era o motivo por que o Deputado Municipal José Graça pretendia que fosse retirada a parte
do ponto número dois que referia "a produção biológica com a consequente sustentabilidade
ambiental e agrícola"
O Presidente da Assembleia Municipal disse que tal tinha sido uma proposta efetuada pelo PS
através do seu representante e portanto não iriam passar a noite com os porquês, sendo que
considerava que a solução mais adequada seria aquela que ele próprio tinha proposto
Como também tinha que votar afirmava que não iria votar favoravelmente aquela recomendação
porque estava de acordo com o que o Deputado Municipal Pedro Soares tinha dito ao considerar que
não tinham que investir num espaço que não era do Município e, portanto, quando faziam uma



AV	
tavira	
recomendação cujo teor incluía uma parceria com o Ministério da Agricultura, que todos sabiam como 🖫 🥀	7
eram as parcerias com o Governo Central, que eram para o Município pagar, como sempre tinha 🔱	1.
acontecido, estarem a fazer uma recomendação para o Município onde pagava os seus impostos	
"ressuscitarem o morto", não o convencia	
Considerava que uma recomendação seria bem-vinda se não envolvesse a Câmara Municipal	
levando a que gastasse verbas em algo que ele próprio não acreditava, todavia estavam ali a discutir	
pontos, parágrafos, vírgulas, linhas a mais, linhas a menos, sendo que pensava que o problema residia	
no facto de referir "Recomendar ao Executivo Camarário que", que o já fazia há mais de vinte anos,	
como já tinha referido, e o espaço estava como todos viam	
Se era para o espaço "ressuscitar", sugeria então que fizessem uma proposta no sentido de que o	
mesmo passasse para a Câmara Municipal, que nessas circunstâncias apoiaria tudo o que tinha sido dito,	
que a Câmara Municipal fizesse um museu, colocasse ali um Centro de Ciência Viva, todas aquelas coisas	
no sentido de revitalizar o espaço, no entanto enquanto pertencesse ao Ministério da Agricultura não	
acreditava e portanto, a sua opinião valia o que valia mas falando como membro da Assembleia	
Municipal, pois também votaria, mesmo que a proposta fosse alterada como o Deputado Municipal José	
Graça tinha sugerido, não iria votar favoravelmente, constituindo-se aquela a sua declaração de voto	
Terminou dizendo que existindo ali jogo de equipa, que seria bom que desempatassem para	
passarem à frente. Confessava que já não percebia como é que estava a recomendação, como todos,	
até mesmo o serviço de apoio já não saberia que proposta iria resultar	
O Deputado Municipal José Graça disse que era levado a concordar com o Presidente da Assembleia	
Municipal relativamente à alteração da proposta, pensando que esta deveria de baixar, deveria de ser	
retirada e apresentada na próxima sessão com um texto alternativo que fosse concertado com o PS e o	
BE colhendo também os contributos que tinham sido dados pela CDU e pelo PSD	
Queria apenas referir que, em relação à intervenção do PSD, o processo do parecer de impacto	
ambiental estava pendente há uma série de meses, não tinha sido emitido e certamente não o seria nos	
quinze dias seguintes embora fosse uma boa noticia para Tavira se ele aparecesse e validasse o	
arranque da requalificação da linha ferroviária como todos desejavam independentemente das	
alterações que viessem a ser efetuadas ou não	
Concluiu reiterando que propunha ao BE que retirasse a proposta e que conciliassem, ou em	
Conferência de Líderes, ou particularmente entre o BE e o PS, um texto alternativo que seria votado na	
Assembleia Municipal seguinte, que, como o Presidente da Assembleia Municipal tinha referido,	
aconteceria dentro de duas a três semanas	
O Deputado Municipal Artur Sanina disse que iriam fazer uma recomendação com o auxílio do PS e	
da CDU no sentido de ultrapassarem aquela situação, todavia pretendia chamar à atenção que tendo-se	
falado ali da estrada, ou que estavam à espera de impactos ambientais, entre outros, com estrada ou	



sem ela aquele Centro iria continuar e precisava de ser dinamizado sendo que a recomendação que ali
apresentavam era naquele sentido e, quem sabia se dentro de três ou quatro anos não seria também
camarário, autárquico.
Acrescentou que a apresentação daquela recomendação constituía uma tentativa de dinamização
do espaço, pelo que todos os contributos, todos os enriquecimentos quer fossem do PS, da CDU, ou de
quem quer que fosse, de modo a enriquecer aquela proposta eram bem-vindos
Concluiu dizendo que se estavam na disposição de em Conferência de Líderes ou de uma reunião de
trabalho, trabalharem de modo a elaborarem uma recomendação conjunta a apresentar na Assembleia
Municipal seguinte.
O Presidente da Assembleia Municipal questionou se a recomendação seria retirada
O Deputado Municipal Artur Sanina afirmou que assim seria mas com o sentido de efetuarem uma
reunião de trabalho.
O Presidente da Assembleia Municipal passou à Saudação sobre o Dia do Município e à Moção de
Congratulação — Pandemia COVID-19.
A Deputada Municipal Ana Palmeira cumprimentou todos e disse que como no dia vinte e quatro
seguinte se comemorava o Dia do Município tinham considerado bem apresentar uma saudação que
passava a ler:
«Este ano não nos reunimos na Biblioteca Municipal de Tavira nem tampouco no Salão Nobre dos
Paços do Concelho. Este ano vai ser diferente de todos os outros!
Recordo desde sempre com alegria as Comemorações do Dia de São João e do Dia do Município,
desde os arrais, as decorações coloridas e trabalhosas das suas ruas, o cheiro a alecrim queimado e as
sardinhas assadas, os risos e música que se ouviam por toda a Cidade, a encenação da Moura Encantada
que todos os anos volta ao Castelo, o Hino da Cidade e o hastear festivo da Bandeira, o branco e o negro
sobre o fundo azul do céu que por ordem divina teima sempre a ser limpo e soalheiro
Este ano como não podia deixar de ser, esperávamos com ansiedade por esse dia, até mais do que é
normal pois estamos a celebrar os quinhentos anos de Tavira da elevação à categoria de Cidade por
ordem de D. Manuel I
Mas, mas não vai ter a multidão às portas do Castelo para rever a Moura Encantada, não vai haver
nas ruas os risos, a música popular, nem os bailes, nem as filas para cumprir a tradição de comer umas
sardinhas assadas no pão, nem os bazares e o desenrolar de papelinhos nem os abraços e cumprimentos
a amigos que há muito não víamos e que sempre regressam à Cidade para comemorar o São João!
Este ano o distanciamento social e as regras de segurança sanitária imperam
A comemoração desta data tem, para todos nós membros desta Assembleia, um significado muito
profundo pois aproxima o nosso trabalho e a nossa ação política aos munícipes que nos inspiram na
tarefa inacabada e gratificante que desenvolvemos em prol de todos.





municipio
No d'a 45 de norma concerciónes es 500 anos sobre a desisão de D. Manuel I de glavar Tayira a
No dia 16 de março, comemorámos os 500 anos sobre a decisão de D. Manuel I de elevar Tavira a
Cidade, um reconhecimento de extrema importância para Tavira, considerada a principal das urbes do
Reino do Algarve, o que reflete a sua importância no contexto nacional, em particular nos séculos XV e
XVI, período da expansão portuguesa, das descobertas de novos continentes, das grandes viagens
marítimas e do comércio pelo mundo. Naquela altura Tavira era um centro estratégico e operacional de
elevada importância!
Caras e caros Tavirenses
Queremos comemorar e homenagear através desta saudação a nossa cidade e os seus naturais, os
seus residentes e a nossa identidade
É pelo orgulho que temos por este concelho, e por esta terra onde vivemos, que trabalhamos
Porque dia 24 será o Dia do Município e porque tradicionalmente aproveitamos esta data para
homenagear instituições e personalidades que se distinguem neste concelho, agradecemos aos
Tavirenses, às famílias que aqui vivem e às instituições e empresas que aqui estão sedeadas e que dão o
seu melhor em prol da nossa cidade e da sua comunidade, e que a engrandecem através de obras e
ações de referência, que elevam o nome de Tavira, manifestamos gratidão pela dedicação, pelo
empenho, pela persistência e pelo trabalho desenvolvido em prol do concelho
Nunca deixamos de nos sentir orgulhosos de sermos tavirenses
— Imaterial da Humanidade
Orgulhamo-nos sempre que ouvimos os milhares que nos visitam elogiarem o concelho, as suas
gentes, a nossa gastronomia, as suas paisagens, a sua qualidade de vida e as suas políticas, que
preservam a sua beleza e a intitulam "Veneza Algarvia" pela sua relação com o Rio Séqua que se
transforma em Rio Gilão assim que passa por debaixo da ponte antiga apelidada por muito de
"romana"» o que pensava já ter sido provado.
Terminava citando os poetas da terra e a Marcha do Concelho de Tavira
Viva a Cidade de Tavira! Viva o Município de Tavira!»
A Saudação sobre o Dia do Município encontra-se em anexo à presente ata como documento
número dois.
O Presidente da Assembleia Municipal colocou à discussão a saudação que não se verificando
intervenções sobre a mesma, passou à Moção de Congratulação sobre a Pandemia de COVID-19
O Deputado Municipal José Graça disse que ao longo dos últimos três, quatro meses, visto se ter
praticamente iniciado em março, mas parecendo que nunca acabava, tinham vivido um período único



na história recente de Portugal e do qual apenas teriam memória, como do que tinha acontecido há
precisamente cem anos quando Portugal tinha sido afetado pela gripe pneumónica
Escusava-se de ler todos os fundamentos que estavam na base daquela Moção de Congratulação
mas não podia deixar de sublinhar o extraordinário empenhamento de inúmeras pessoas, instituições,
que no concelho de Tavira, mas também na região, se tinham unido de forma nunca antes vista para
evitar que males maiores acontecessem e para garantir que o Algarve continuasse a ser visto
internacionalmente como um destino seguro, sabendo-se que a sua principal atividade turística
dependia em muito daquela imagem
O combate à COVID-19 ainda não tinha terminado, no entanto para além de sublinharem aquele
mar de gente que se tinha unido de forma solidária, generosa, e muitas vezes criativa, pretendiam ainda
deixar ali uma mensagem para o futuro no sentido de aprovarem aquela Moção de Congratulação
naquela Assembleia Municipal
Como tinha dito, o combate à COVID-19 ainda não tinha terminado, no entanto não podia o grupo
parlamentar do PS na Assembleia Municipal de Tavira deixar passar aquela oportunidade para
reconhecer, registando e valorizando publicamente o empenho e o trabalho de todos os que, com toda
a justiça, muito tinham contribuído para evitar os efeitos da COVID-19 no concelho de Tavira.
Da mesma forma, e porque o impacto da COVID-19 continuava e continuaria a afetar, importava,
para além do reconhecimento e registo naquele momento, valorizarem os sinais que acolhiam e
incentivarem no sentido manter e reforçar níveis de alerta, disponibilidade de meios e vontade de
construir soluções sobre a liderança do Executivo Municipal que tinham permitido e permitiriam
aligeirar os danos que a COVID-19 tinha imposto e iria continuar a impor na saúde e nas condições
sociológicas da comunidade
Nesse sentido grupo parlamentar do PS propunha que a Assembleia Municipal, naquela noite,
deliberasse "aprovar um voto de congratulação a todas essas pessoas (profissionais e voluntários),
instituições, organismos e empresas, sugerindo à Câmara Municipal que possa encontrar, dentro das
suas competências, formas de perpetuar tal reconhecimento
Congratular-se com a pronta e massiva reação da sociedade civil tavirense, expressa das mais
diversas formas mais criativas e generosas que se poderiam imaginar, salvaguardando a coesão da
nossa comunidade e permitindo que ninguém ficasse para trás entre nós
Manifestar a nossa solidariedade com as vítimas diretas ou indiretas da COVID-19, propondo à
Câmara Municipal que continue a acompanhar a evolução da pandemia e estude a adoção e aplicação
de medidas para limitar os efeitos socioeconómicos da nossa comunidade, em articulação com o
Programa de Estabilização Económica e Social, aprovado pelo XXII Governo, e outras medidas que
venham a ser implementadas, no contexto da AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve neste
âmhito"





O Deputado Municipal Pedro Soares disse que era óbvio que nunca poderíamos votar contra aquela
moção apresentada pelo PS, sendo, de facto, a valorização da ação das entidades ali enunciadas, porém
pensavam que a mesma moção deveria de mencionar quem de facto tinha desempenhado aquelas
funções no terreno, quem de facto as tinha desempenhado no dia-a-dia com as dificuldades
Assim, consideravam que a moção também deveria de referir aqueles trabalhadores e o seu
desempenho no seu dia-a-dia, trabalhadores da Autarquia que tinham permitido manter a capacidade
de resposta e por outro lado, também deveria de mencionar e congratular os milhares de portugueses e
famílias que tinham visto a sua situação económica deteriorar-se quer por cortes salariais, quer porque
naqueles meses tinham perdido o seu trabalho, e ainda valorizar e salientar a ação das micro ou
pequenas e médias empresas que tinham sido forçadas a parar a atividade.
Aquelas eram as recomendações que fariam àquela moção, porém iriam votar favoravelmente
O Presidente da Assembleia Municipal disse estar de acordo com o que o Deputado Municipal
Pedro Soares tinha dito, mas na moção estavam todos os funcionários. O Deputado Municipal José
Graça não tinha lido a introdução mas ele considerava que não faltava ninguém porque implicitamente
estavam todos os trabalhadores, todos os profissionais, e quando se falava em profissionais estavam a
falar de todos, não apenas do médico, do enfermeiro, do polícia, do bombeiro, mas todos, pelo que
considerava a moção muitíssimo abrangente
Da análise que fazia da moção era de opinião que ninguém ficava de fora
O Presidente da Assembleia colocou à votação a Moção de Congratulação – Pandemia COVID-19,
que foi aprovada por unanimidade
A Moção de Congratulação – Pandemia COVID-19 encontra-se em anexo á presente ata como
documento número três
O Presidente da Assembleia disse que iriam continuar no período antes da Ordem do Dia para o que
já tinha uma inscrição do Deputado Municipal Artur Sanina a quem iria passar a palavra relembrando e
apelando à capacidade de síntese que todos necessitavam ter porque já tinha decorrido uma hora de
Assembleia Municipal e ainda estavam no início dos trabalhos.
O Deputado Municipal Artur Sanina disse que pretendia colocar quatros questões à Presidente da
Câmara Municipal no sentido de obter alguns esclarecimentos
Tinha sido prática de diversos executivos municipais de outras câmaras municipais chamarem os
partidos representados nas assembleias municipais para a criação de comissões de acompanhamento da
COVID-19, o que não tinha sucedido em Tavira onde os partidos representados na Assembleia Municipal
não tinham sido chamados a darem ideias, pareceres, contributos para o combate à COVID-19. Porém
em março, independentemente daquele facto, o BE tinha tido a preocupação de remeter duas
informações à Câmara Municipal com quinze medidas que consideravam ser de apoio à população,
sendo que se congratulavam que algumas delas tivessem sido postas em prática. Em maio tinham





voltado a remeter à Câmara Municipal um reforço das medidas a implementar no concelho, todavia a
exemplo de outros autarcas que tinham criado comissões de acompanhamento da COVID-19 chamando
os partidos representados nas respetivas assembleias municipais, em Tavira tal não tinha sucedido
Outra questão que pretendia colocar referia-se ao Parque de Campismo. Como todos sabiam e pela
dificuldade do período que estavam a atravessar, a Câmara Municipal tinha decidido não abrir o Parque
de Campismo e com isso tinha dado um sinal de que o mesmo carecia de uma intervenção, de obras, de
modo a ser um Parque de Campismo com qualidade
Outra preocupação que tinham estava relacionada com a variante da Luz de Tavira, sendo que na
situação atual o tráfego continuava a prejudicar a saúde daqueles habitantes e a própria vila da Luz de
Tavira. Portanto gostava de saber se a Presidente da Câmara Municipal tinha alguma informação sobre a
construção da variante da Luz de Tavira
Para terminar, referia a Quinta do Pinheirinho de Santa Luzia onde o terreno, e bem, tinha sido
completamente limpo, contudo pela área e pelas culturas que ali estavam a ser desenvolvidas e porque
está junto à Vila de Santa Luzia, inclusivamente com construções já aprovadas, tinham questionado a
DRAPALG que lhes tinha respondido que nada sabiam mas que iriam fiscalizar. Porque o terreno
ambém estava em área do Parque Natural da Ria Formosa (PNRF) tinham consultado aquela entidade
que até ao momento não lhes tinha respondido pelo que questionava a Presidente da Câmara Municipal
se sabia algo sobre aquele espaço
A Presidente da Câmara Municipal respondendo às questões disse que iria começar pelo fim
Relativamente ao Pinheirinho o que sabia e de uma forma informal, pedindo ao Vereador João
Pedro Rodrigues que interviesse caso tivesse algum conhecimento, que pensava não ter, era que
ealmente existia um empresário da cidade que tinha arrendado aqueles terrenos e que iria ali
desenvolver algumas produções agrícolas. O que lhe tinham dito era que não seriam estufas mas
aranjeiras e também abacates, porém no momento não sabia precisar
Pensava que não tivesse entrado na Câmara Municipal qualquer pedido especial para que o
empresário pudesse ali desenvolver a atividade agrícola, todavia pedia ao Vereador João Pedro que, se
estivesse a ouvir, que esclarecesse se existia algum pedido formal, que ela pensava não ser necessário
O Vereador João Pedro Rodrigues cumprimentou todos e disse que não existia qualquer pedido
formal nem teria que haver porque o terreno estava fora do perímetro urbano, estava em reserva
agrícola, terrenos agrícolas, pelo que podia perfeitamente ser utilizado para cultivos diversos.
A informação que dispunham também de uma forma informal era que um agricultor local tinha
arrendado o terreno para plantar laranjeiras, abacates e mais algumas espécies
Era aquela a informação de que dispunham e não estufas como o Deputado Municipal Artur Sanina
inha publicado no <i>facebook</i> de um modo que lhe tinha parecido muito extemporâneo até, estando a
acenar com uma questão de estufas quando ele próprio desconhecia se iria mesmo ter estufas ou não.





A Presidente da Câmara Municipal confirmou que o Deputado Municipal Artur Sanina tinha comentado que iriam haver estufas no terreno, porém se tinha contatado todos os organismos que tinha referido porque comentava a questão naqueles moldes se ninguém lhe tinha confirmado que iriam ser estufas. Pensava que possivelmente estariam a gerar um alerta na população que era indevido e pensava que a crise também iria mostrar algo a todos, que era importante, pois tinham mesmo que começar a pensar em diversificar a base económica da região não podendo estar tão dependentes do turismo pelo que a agricultura poderia ser uma forma de diversificar aquela base sendo que estava provado que o Algarve tinha bons terrenos agrícolas em termos de classificação de solo.\_\_ \_\_ Naquele caso se alguém tinha que se pronunciar era obviamente a DRAPALG e não o Município de Tavira. Relativamente à variante da Luz de Tavira todos sabiam que continuava o contencioso quanto à EN125 e ao concessionário e, portanto, era por aquela mesma razão que a reabilitação não evoluía. Considerava que a variante da Luz de Tavira estaria incluída na requalificação que tinha que ser executada da EN125 pelo que enquanto o assunto não se resolvesse e continuasse com a questão do Tribunal de Contas não lhe parecia que houvesse viabilidade para que a variante da Luz de Tavira, ou a requalificação da EN125 na nossa zona do Sotavento, acontecesse. \_\_ Quanto a não ter constituído uma comissão, a Câmara Municipal tinha uma subcomissão de entidades da proteção civil que acompanhavam o âmbito do COVID-19, que aliás tinham estado na linha da frente ao longo dos últimos três, quatro meses. Inicialmente reuniam de quinze em quinze dias e presentemente faziam reuniões semanais onde tudo era analisado, desde os eventos, aos horários, às resoluções do Conselho de Ministros que iam sendo publicadas sendo que realmente aquelas eram as entidades que tinham competências em matéria de proteção civil, no acompanhamento, na fiscalização sendo portanto com elas que reuniam. Relativamente às medidas de acompanhamento que a Câmara Municipal tinha tomado ou vindo a tomar, a Câmara Municipal elaborava com o seu Executivo Municipal, os Vereadores quer do PS quer do PSD, todas as medidas que iam adotando, sendo estas articuladas entre os seus membros. Enquanto Presidente da Câmara Municipal elaborava a sua proposta, ouvia todos e tinham vindo a proceder de acordo com os que tinham sido eleitos para o fazer, que no caso era o Executivo Municipal e, portanto, pensava que não era necessária nenhuma comissão uma vez que existia uma representatividade que aqueles que os tinham elegido lhes tinham dado, sendo pois, o que estavam a fazer. \_\_ Queria agradecer quer às entidades da proteção civil por todo o trabalho, união e partilha que tinha vindo a ser realizado, desde a Saúde, à Guarda Nacional Republicana (GNR), à Policia de Segurança Pública (PSP), aos Bombeiros Municipais, à Cruz Vermelha, à Divisão de Assuntos Sociais da Câmara Municipal, sendo que considerava que tinham elaborado um trabalho muito profícuo, por exemplo com a questão dos trabalhadores indianos que dos trinta trabalhadores agrícolas que estavam num





armazém, vinte e um tinham sido infetados e estado provisoriamente na Zona de Apoio à População (ZAP) onde ainda se encontravam quatro rapazes infetados desde o dia dois de abril. Juntamente com a Segurança Social e entidades que trabalhavam com trabalhadores migrantes tinham conseguido arranjar emprego àqueles que já estavam curados e que entretanto tinham saído da ZAP, pelo que considerava que tinham realizado um bom trabalho social que tinha dignificado todos, as forças de segurança e Tavira, onde tinham tido desde sempre a preocupação de que eles se sentissem em casa, com internet, com condições de higiene de segurança, com televisões, com comida adequada porque tinham uma cultura completamente diferente e, portanto, tinha sido um trabalho muito digno da parte de todos a quem agradecia a colaboração.

\_\_ Também pretendia agradecer aos vereadores da oposição, Rui Domingos e Elsa Cordeiro, que estavam a ouvir, que iam acompanhando os acontecimentos, a quem ela ia informando quanto ao evoluir da situação, até através de mensagens, e quando tinham necessitado de adotar medidas também tinham estado ao lado do Executivo e da Câmara, tinham discutido as questões, falado, e portanto, considerava que tinha vindo a ser um trabalho bastante participado e representativo.\_\_\_\_\_\_

— Pretendia deixar ali aquele agradecimento público a todos os que tinham trabalhado quando a maioria das pessoas estava em confinamento, aos trabalhadores da Câmara Municipal, da TaviraVerde — Empresa Municipal de Ambiente, EM, dos Bombeiros Municipal, da PSP, da GNR, ao Exército que também os tinha ajudado, tendo até, em determinada altura, alguns não infetados ficado no Quartel dado serem alvo de chantagem por parte de um dos colegas que tinha alugado o armazém e que os chantageava porque não tinha o pagamento, portanto tinha-se verificado um caso social tendo sido necessário tirá-los do armazém e deslocalizá-los para outro local. Também tinham tido a colaboração do Exército e tinham realizado um trabalho em parceria que considerava que toda a cidade tinha que saber e devia de reconhecer. Reiterando os agradecimentos a todos, disse que tinham ido aprendendo uns com os outros e melhorando a atuação.

\_\_ Relativamente ao Parque de Campismo, era verdadeiro que o Parque de Campismo necessitava de uma reabilitação, que não seria realizada no momento, e obviamente que havendo a menor dúvida que no Parque de Campismo poderia não ter todas as condições para que a segurança e a higiene do espaço, entre outras, estivessem asseguradas, não abriam até porque para o fazerem tinham que contratar mais pessoas, para limpar, para a vigilância e sobretudo para a monitorização, o que presentemente era inviável devido aos meandros da contratação pública que todos conheciam. Assim, não havendo certezas de abrir o espaço com garantias de segurança tinham preferido não o fazer, como será sempre a decisão da Câmara Municipal que se considerassem que em algum momento os funcionários, a população, estavam em risco não avançariam. Tinham preferido aquela solução a colocar em causa a segurança e a saúde das pessoas tendo sido aquela forma de trabalhar tinham seguido e também a razão por que no imediato tinham cancelado as comemorações da cidade, o Dia da Cidade, que iria ser



festejado de uma forma muito singela, apenas com o hastear da bandeira e o reconhecimento das medalhas de bons serviços aos funcionários da Câmara Municipal, apenas com a presença do Executivo Municipal e convidando o Presidente da Assembleia Municipal em representação de todos. \_ Disse que todos tinham que entender que os momentos atuais eram diferentes e, por isso, todos os dias se estavam a reinventar e a usar novas formas de trabalhar, sobretudo em segurança, que era o principal foco e a razão por que o Parque de Campismo não tinha aberto.\_ Era verdade que tinham que decidir sobre aquele espaço e, como talvez fosse a sua opinião, propendiam a concessioná-lo elaborando um caderno de encargos onde fossem incluídas várias reabilitações que eram necessárias e possivelmente, em vez de uma renda prefeririam que havendo interessados conseguissem realizar as obras de reabilitação dando condições ao espaço. Todavia não se podiam esquecer que o Parque de Campismo se localizava numa zona de jurisdição de algumas entidades e que todas elas teriam que emitir pareceres, pelo que tendo por vezes a ideia de que ficaria bem com bungalows ou de outra forma, teriam sempre que pensar se seria possível uma vez que requeria pareceres de algumas entidades a quem nunca tinham ainda solicitado pelo que desconheciam se e o que seria ou não possível. Na sua opinião seria uma concessão que em vez de uma renda para a Câmara Municipal teria como retorno a reabilitação do espaço e fosse adequando-o à legislação em vigor. \_\_\_ O Deputado Municipal José Mateus, Presidente da Junta de Freguesia de Tavira, disse que pretendia manifestar a preocupação da Junta de Freguesia relativamente a uma empreitada que estava a ser executada pela TaviraVerde para levar a água à Picota. A preocupação resultava do facto de estarem mais uma vez a entrar no verão e a obra estava atrasada, já devendo estar concluída no verão do ano anterior, e não se vislumbrava quando iria terminar. Tinha estado na estação elevatória no dia anterior e ali estava apenas montada uma estrutura de ferro armado mas sem qualquer betão, pelo que pensava que iria demorar muito tempo e o certo era que as pessoas não tinham água e o furo existente estava com muito pouca água, razão porque a Junta de Freguesia tinha que ir constantemente fechar o depósito para que ninguém gastasse a pouca água que havia e ele tornasse a encher sendo que quando tinha água esta era gasta fácil e rapidamente e, com a chegada do verão, as dificuldades eram muitas porque as pessoas não tinham água. A intervenção já estava a ser executada há mais de dois anos sendo que o seu prazo de execução era de um ano pelo que, presentemente, como já tinha referido, estavam a chegar ao verão e as pessoas não tinham água. Por outro lado, enquanto a empreitada estivesse a decorrer não podiam fazer a manutenção dos caminhos e as muitas pessoas que habitavam quer na zona da Bodega, quer na zona da Picota, utilizavam aqueles caminhos, que a Junta de Freguesia não podia intervir porque existia uma intervenção exterior à Junta de Freguesia, que se o fizessem e acontecesse algo, seriam os culpados, pelo que enquanto a empreitada não fosse entregue não poderiam intervir. \_\_\_

tavira	
As pessoas já se começavam a queixar muitíssimo e a Junta de Freguesia estava preocupada com "	0
aquela situação pelo que pedia para que o Executivo Municipal pressionasse ao máximo a TaviraVerde	K
no sentido de que aquela empreitada terminasse o mais urgentemente possível pois, caso contrário,	2
teriam ali um grande problema dado terem que diariamente levar para lá água por não existir outra	
forma de, no momento, solucionar o problema. Aquela era a preocupação que pretendia expressar	
Disse ainda, que tendo ouvido a explicação da Presidente da Câmara Municipal sobre as atuações de	
toda a proteção civil que englobava todas as entidades que tinham estado a lutar contra o problema da	
pandemia, também pretendia fazer jus à Junta de Freguesia de Tavira que também tinha tido uma	
ntervenção bastante alargada, musculada, porque tinham tido muito trabalho, trabalhado muitas	
noras, e estava certo de que não tinha sido apenas aquela Junta de Freguesia mas também todas as	
outras, com a diferença de que era a que muito mais população tinha, e cujo trabalho ainda	
continuavam a desenvolver	
Terminou dizendo que já existiam diversas situações de que tínhamos conhecimento, todavia	
presentemente deparavam-se com muitas outras que em devido tempo falaria com a Presidente da	
Câmara Municipal, com o Executivo, porque pensava que poderiam ter uma intervenção importante	
oara a população	
A Presidente da Câmara Municipal disse que começando pelo fim da intervenção do Deputado	
Municipal José Mateus, que estava relacionada com a intervenção das juntas de freguesia na luta contra	
a COVID-19, era verdadeiro que numa fase inicial tinham realizado uma reunião mais alargada com	
odas as entidades da proteção civil e desde logo criada uma parte mais social	
O que ali tinha referido não tinha tanto a ver com a área social mas com a parte mais atuante na	
crise, todavia a rede social que tinha sido criada também tinha sido deveras importante sendo que as	
untas de freguesia, desde logo, tinham assumido aquele papel nomeadamente na aquisição de	
alimentos, medicamentos ou outros, que as pessoas necessitassem sobretudo as que não tinham	
suporte familiar e para quem, que já tendo alguma idade, constituía um grupo de risco	
Aquela situação tinha sido transversal a todas as juntas de freguesia que tinham cumprido aquele	
papel e cujo trabalho de retaguarda, social, era muito importante e, obviamente que dignificava todos	
Também a sociedade civil se tinha organizado em redes de voluntariado e ajudado quem mais	
orecisava, o que também era de louvar e de saudar por Tavira ter uma população tão solidária e sempre	
oronta a ajudar quem precisava. Não tinha mencionado aquela parte da situação mas, obviamente que	
tinham que saudar e recordar porque tinha sido muito importante	
Relativamente à Picota tinha conhecimento porque o Presidente da Junta de Freguesia de Tavira já	
ná alguns meses atrás lhe tinha manifestado aquela preocupação através de um correio eletrónico que	
he tinha enviado. Tinha indagado junto da TaviraVerde que lhe tinha feito chegar a informação de que	
tinham tido alguns problemas na empreitada, o que percebiam, nois também tinham empreitadas com	





alguns problemas, mas que era expetável que terminasse no final de junho, que estava a meio, e considerando o que o Presidente da Junta de Freguesia tinha dito, a empreitada continuava sem muitos avanços, pedia a intervenção do Vereador João Pedro Rodrigues até porque era o representante da Câmara Municipal no Conselho de Administração da TaviraVerde e poderia ter mais alguma informação sobre a razão por que a empreitada tinha derrapado mais uma vez. \_\_\_ O Vereador João Pedro Rodrigues disse que efetivamente por vezes existiam questões que corriam mal e como o ditado popular dizia "tarde ou nunca se endireitam" sendo que aquela empreitada era uma delas. A preocupação que o Presidente da Junta de Freguesia ali tinha demonstrado e decidido remeter à Câmara Municipal era também do Executivo Municipal e da TaviraVerde cujas intervenções até costumavam decorrer de uma forma célere, não sendo proteladas no tempo, todavia naquela intervenção tinha acontecido de tudo, desde a falência do empreiteiro inicial, a uma alteração do terreno para a construção da estação elevatória, a um aumento da instalação e capacidade dos reservatórios de segurança para que depois, em exploração, não faltasse a água, e ainda uns outros detalhes, pormenores e peripécias, que iam acontecendo e que tinham levado a que a intervenção se atrasasse de forma para lá do expectável. \_\_ Como tinha referido, a empresa tinha apresentado falência tendo outra empresa tomado a posição da empresa que tinha falido, em várias empreitadas, não apenas em Tavira, mas em todo o Algarve sendo que a Tavira Verde estava a tentar junto desta que o assunto se resolvesse o mais rapidamente possível. Veriam se conseguiriam cumprir o prazo de junho, que tinha sido o indicado há algum tempo atrás pela empresa e técnicos, que teriam que verificar, pois já estavam a meio do mês. \_\_ Concluiu dizendo que esperavam que a intervenção terminasse rapidamente, contudo o que era certo era que teria que ser efetuado um grande esforço enquanto não houvesse água da rede na Picota, continuando a abastecer os residentes daquela zona das formas habituais.\_ \_\_ A Presidente da Câmara Municipal disse que não tendo o Vereador João Pedro Rodrigues outra data diferente, o final do corrente mês, iria novamente questionar a TaviraVerde e insistir para que a empreitada finalizasse pois percebia perfeitamente a questão da limpeza dos caminhos, até porque se a obra não estava finalizada qualquer passagem de máquinas no local poderia danificar qualquer coisa e, portanto, ser pior, e atrasar ainda mais a obra. Percebia que a limpeza dos caminhos era importante para as pessoas porque estavam a falar de locais em que a estrada era de terra e, portanto, fazia todo o sentido que estivesse tratada até para que as pessoas chegassem às suas quintas, às suas hortas. Percebia perfeitamente, havia uma promessa do anterior Executivo Municipal para levar água à Picota, cuja empreitada tinha sido lançada, se não estava enganada, por altura do final do mandato anterior, início do atual, e realmente já se tinha prorrogado para além do razoável, pelo que iria indagar a TaviraVerde fazendo depois chegar a informação ao Presidente da Junta de Freguesia. \_\_\_\_



O Deputado Municipal Jorge Corvo mencionou que retomando um assunto que pensava ter vindo a
questionar desde que tinha tomado posse como membro daquela Assembleia Municipal, e porque a
fase atual constituía uma boa oportunidade dado o serviço de atendimento estar a funcionar no rés-do-
chão, pretendia saber qual era o ponto de situação do projeto do elevador para pessoas com menos
capacidade poderem aceder aos serviços do Município
Outra questão que queria colocar referia-se ao facto de, estando o relatório e contas da TaviraVerde
ntegrado na ordem do dia como informação, notava a ausência do relatório e contas da EMPET —
Parques Empresariais de Tavira, EM, pelo que gostava de saber qual era a situação da empresa, se
oretendia prorrogar o plano de liquidação, do relatório e contas e da questão do processo que estava
em Tribunal sobre o que pensava já haverem novidades
A Presidente da Câmara Municipal disse que relativamente ao elevador dos Paços do Concelho,
oensava que o projeto estava praticamente terminado, todavia este também integrava um arranjo nos
Paços do Concelho que incluía todas as casas de banho, tanto do rés-do-chão como do primeiro andar e
ainda as do gabinete do presidente e serviços de apoio, sendo que parecia que tinha que ser efetuada
uma bombagem de uma determinada forma, que não percebia porque não era arquiteta ou engenheira,
mas que estava a ser estudado o modo como iriam ser efetuadas as descargas e, portanto, naquele
momento estavam a verificar a questão pensando ela que o projeto estaria concluído e a empreitada
ançada até ao final do ano. Todavia, presentemente, como o Deputado Municipal Jorge Corvo tinha
dito, e muito bem, a Câmara Municipal tinha aberto o atendimento no rés-do-chão para evitar ao
náximo que as pessoas entrassem no edifício colocando em risco os funcionários que, alterando-se a
situação atual, a ideia que todo o atendimento da Câmara Municipal passasse para ali. Presentemente
estava a funcionar naquele local o atendimento da Tesouraria, Taxas e Obras
Continuou explicando que o facto de mudarem o local do atendimento não invalidava que o
elevador e o arranjo das casas de banho acontecesse, porque existia uma parte de serviços da Câmara
Municipal que também era frequentada por algum público, pelo que tinham mesmo que intervir,
odavia pensava que presentemente o arquiteto se tinha desviado um pouco porque era urgente
executar uma pequena empreitada nas cozinhas das casas de habitação social, que estavam devolutas
ná algum tempo, para realizarem um novo concurso. Sabia que estava mesmo a terminar, mais um mês
ou dois, pensando que a seguir teriam projeto, sendo que a empreitada ainda iria demorar algum
empo
Quanto à EMPET, de facto, o prazo que tinha sido cedido pela Assembleia Municipal tinha terminado
em vinte e cinco ou vinte e sete de maio, não sabia precisar o dia, porém o liquidatário tinha feito
chegar à Câmara Municipal um novo pedido que tinha sido remetido para a apreciação da Divisão
lurídica da Câmara Municipal e sabia que lhe tinha sido remetido naquele mesmo dia, mas desconhecia



Cuy.

se poderia ou não haver prorrogação, porque ainda não tinha lido a informação que lhe tinha chegado naquela tarde via MyDoc Gestão Documental (MGD) por ter estado toda a tarde em reuniões. \_ O que pretendia informar relativamente à ação existente em Tribunal por causa da empreitada do parque, era que a EMPET tinha perdido, e pensava que estavam a pedir o pagamento do valor, acrescido de juros, cujo montante deveria seria superior a três milhões e meio de euros o que colocava em causa toda a questão da EMPET e tudo o que deveria de ser a decisão sobre o evoluir da liquidação. O liquidatário dizia que tinha vendido alguns lotes do Parque Empresarial e informado que à partida as contas estariam equilibradas, não tinha havido prejuízo, pelo que não teria que existir qualquer compensação por parte da Câmara Municipal do desequilíbrio, mas tinha-a procurado para informar que precisava de reunir com estas entidades, com as empresas do consórcio, para tentar chegar a acordo. Obviamente que ela já lhe tinha dito que se tivessem que pagar os três milhões e setecentos mil euros a mais, o passivo da EMPET, que relativamente ao bancário era de cerca oitocentos mil euros, teria que equilibrar o valor do ativo, que presentemente desconhecia qual era o valor atualizado aos preços do mercado, ou se não tivessem nenhuma avaliação atual sobre o mesmo, teriam que pesar se seria vantajoso para a Câmara Municipal ficar com os lotes ou não, ou se a EMPET deveria de seguir para um processo de falência normal. \_\_\_ Esperava, e já o tinha transmitido quando tinha sido questionada pela Vereadora Elsa Cordeiro e pelo Vereador Rui Domingos, que muito brevemente tivesse uma informação sobre se podiam ou não prorrogar, que aliás já tinha recebido da Divisão Jurídica, porque o liquidatário tinha pedido uma prorrogação que pensava ser por mais seis meses. Iriam pois saber se o Código das Sociedades Comerciais o permitia ou não, e caso o permitisse, provavelmente com os representantes que ali estavam naquela noite, decidiriam o que iriam fazer à empresa municipal que era uma questão que a acompanhava desde o início de funções na Câmara Municipal e que também era altura de finalizarem, e portanto, logo que tivesse a informação daria nota porque se não existisse prorrogação do prazo, até à Assembleia Municipal seguinte teriam que decidir, teriam que conversar, talvez numa reunião entre todos, que era o que propunha, porque considerava que quando os casos eram mais difíceis deveriam de ser analisados de uma forma mais detalhada. Todavia, presentemente também não tinha informação da parte do liquidatário quanto às negociações relativas à questão da indeminização estabelecida pelo Tribunal. \_\_\_ De qualquer modo, relativamente à questão das contas, em julho ir-se-ia realizar uma Assembleia Municipal precisamente pela consolidação das contas do grupo municipal onde estavam incluídas as duas empresas municipais e, portanto, também seria apresentado o relatório da EMPET cujo primeiro draft das contas e balancetes, já tinham recebido.\_\_\_ \_\_ O Deputado Municipal Jorge Corvo disse que se confirmava que tinha sido uma má decisão não ter

sido efetuado um acordo inicial relativo aos valores em questão e que a decisão que tinha sido tomada



tinha onerado o que eram os encargos da Câmara Municipal, pela situação em que estavam, ou pela até possível insolvência da EMPET. \_\_\_ A Presidente da Câmara Municipal afirmou que não considerava que tivesse sido uma má decisão porque a primeira ação tinha sido ganha o que levava a crer que o Município viesse a ganhar novamente, todavia o que tinha acontecido no Tribunal da Relação não era expetável e, por outro lado, também desconhecia se a outra parte teria aceitado um acordo por um valor muito menor do que o atual. Considerava que tal não estava provado que um acordo em determinado tempo constituísse a melhor opção. \_\_ O Deputado Municipal Artur Sanina referiu que apenas pretendia agradecer as respostas da Presidente da Câmara Municipal relativas às questões que tinha colocado, contudo pretendia reforçar a questão inicial quanto à auscultação dos partidos. Ninguém punha em dúvida todo o trabalho que tinha sido desenvolvido pelas entidades, pela Câmara Municipal, juntas de freguesia, ou outras, sendo que o próprio BE tinha dado o seu contributo tendo remetido à Câmara Municipal duas exposições com medidas que consideravam que deveriam de ser aplicadas no concelho, que algumas, também tinham sido tomadas pelo Executivo Municipal. \_\_ \_\_\_ Tinha-se referido à existência de uma comissão interpartidária de modo a que todos os partidos tivessem sido envolvidos e pudessem colaborar porque eles tinham realizado um trabalho junto da população, junto das entidades, e ao tomarem conhecimento das necessidades das mesmas e do trabalho por elas desenvolvido, tinham realizado o deles, remetendo aquela informação à Câmara Municipal. Aquele tinha sido o papel que tinham desenvolvido enquanto força partidária que presentemente estava representada na Assembleia Municipal, sendo pois o que pretendiam manifestar, e referir que outros executivos camarários tinham constituído uma comissão interpartidária onde tinham ouvido todas as opiniões. \_ Reiterou que não estava em causa todo o trabalho que tinha sido desenvolvido, sendo que tinham aprovado a proposta que ali tinha sido apresentada também valorizando todas as entidades, porém pensava que também faziam parte da democracia, da sociedade e também gostavam de colaborar sendo por aquela razão que tinham remetido à Câmara Municipal um conjunto de medidas que a Presidente da Câmara Municipal conhecia e que até tinha respondido a uma delas. Terminou dizendo que a auscultação dos partidos não seria mais do que democracia pois não pretendia colocar em causa todo o trabalho que tinha sido desenvolvido. \_\_ A Presidente da Câmara Municipal disse que ouvia todos os partidos tanto mais que até tinha respondido com grande brevidade às primeiras questões que tinham sido colocadas, porque já estavam a ser trabalhadas. Tal como o BE, também o Executivo fazia o seu trabalho e para além das medidas que tinham adotado, também tinham distribuído equipamentos de proteção individual às Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) porque a determinada altura tinham tido aquela necessidade





e a Câmara Municipal, do pouco que dispunha porque, como todos sabiam, em determinada altura as máscaras, luvas ou gel, tinham esgotado, e tinham tentado sempre distribuir entre todos e acautelar quem mais precisasse. \_\_\_ Pensava que a questão não era ouvir ou não ouvir, porque ouviam, mas, por exemplo no sábado anterior o BE tinha distribuído na Praça um panfleto em que parecia que as medidas adotadas pelo Executivo da Câmara, e referia-se a todo o Executivo, tinham-no sido porque o BE as tinha indicado, o que não era verdadeiro porque o Executivo também fazia aquele trabalho, também tinham aquelas preocupações e tinham entendido que dentro do âmbito das competências que tinham, que deviam de tomar aquelas medidas que tinham sido aprovadas no mês de março mas que já tinham começado a ser trabalhadas praticamente desde o dia em que tinham tomado a decisão de encerrar toda a atividade municipal ficando apenas com os serviços mínimos. Portanto, aquele era um trabalho que se realizava sempre, sendo certo que se alguém tivesse contributos a dar ou apresentar propostas, sabia onde ela estava e tinha estado praticamente todos aqueles dias, o seu correio eletrónico também era conhecido e, se necessário fosse, também o seu telemóvel. \_\_\_ \_\_\_ Continuou dizendo que estava ali para ouvir quem quisesse participar, não tendo qualquer problema contra a participação, mas até parecia que existia alguma falta de vontade do Executivo na participação. Gostavam que todos participassem e de receber os contributos de todos, porém não gostavam que falassem como se não tivessem tomado as decisões pois tinham-nas tomado, efetuado uma análise do contexto em que estavam inseridos e das medidas que podiam adotar tanto que as mesmas tinham sido decidas até ao final do mês de junho mas antes de terminarem tinham-nas prorrogado até setembro. Estavam ali para ir avaliando para que se necessário fosse, no futuro, tal como o Deputado Municipal José Graça já tinha referido, adotarem medidas mais musculadas como também tinha sido as que iriam abordar mais à frente quando tinham tido que fazer a integração do saldo de gerência e decidido criar uma rúbrica para as despesas COVID-19 com a dotação de um milhão e meio de euros de modo a fazer face a todas as excecionalidades com que todos os dias se deparavam. Terminou reiterando que estavam ali sempre prontos a ouvir. \_\_\_\_\_ \_\_ O Deputado Municipal José Graça disse que para mudar rapidamente de assunto, pretendiam assinalar aquela data pois o dia dezassete de junho ficava marcado na história administrativa e daqueles que ao longo dos últimos quarenta anos tinham lutado pela implementação da Regionalização, com a publicação da terceira alteração da Lei Orgânica das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) através do Decreto-Lei n.º 27/2020 de 17 de junho. O Decreto-Lei que tinha sido publicado em Diário da República naquele mesmo dia consagrava uma democratização das CCDR, a democratização da eleição da presidência das CCDR através de um colégio regional composto por todos os autarcas de âmbito municipal, incluindo os presidentes de Junta de Freguesia, mas também pelo compromisso que vinha consagrado no seu preâmbulo, de transformar as



CCDR em algo mais do que o que eram atualmente pela integração de um conjunto de serviços regionais desconcentrados do Estado na sua estrutura orgânica, o que ficaria para uma segunda fase, mas que ele gostava de deixar registada aquela feliz coincidência entre a data daquela Assembleia Municipal e o princípio da democratização das CCDR, particularmente da CCDR do Algarve para a qual estava prevista a eleição de uma nova presidência durante o mês de setembro seguinte. O Presidente da Assembleia Municipal verificando que não existiam mais inscrições para o período antes da ordem do dia, disse que iriam prosseguir os trabalhos dando voz, no caso apenas virtual porque o público não estava presente, mas tinham-lhe feito chegar as questões que pretendiam colocar naquela Assembleia Municipal, sendo que a maioria delas eram dirigidas à Presidente da Câmara Municipal. \_\_\_\_ \_\_ Tinham sido apresentadas por quatro munícipes sendo que já tinha entregado as questões à Presidente da Câmara Municipal pelo que não as iria ler, todavia existiam duas sobre as quais pretendia pronunciar-se porque lhe eram dirigidas diretamente. \_\_\_\_\_ \_\_\_ Referindo por ordem de entrada, o Munícipe Hugo Barreiro tinha colocado seis questões que eram todas de resposta da Câmara Municipal. \_\_\_\_\_ O Munícipe Luís Fernandes também tinha formulado três questões sendo que uma delas até já tinha sido ali respondida e referia-se à Quinta do Pinheirinho. \_\_ O Munícipe Hugo Vasco Lopes também tinha colocado um conjunto de questões, sendo que uma delas também se relacionava com o Presidente da Assembleia Municipal, não naquela qualidade, mas na qualidade de Diretor de um dos Agrupamentos de Escolas. \_\_\_ \_\_ A Munícipe Ângela Rosa tinha formulado três questões dirigidas ao Presidente da Assembleia Municipal sendo que a primeira pergunta já tinha ali sido abordada, referia-se à Estação Agrária mas certamente que a Presidente da Câmara Municipal acrescentaria o que entendesse. Outra questão estava relacionada com o 5 G em que a Munícipe perguntava qual era a opinião do Presidente da Assembleia Municipal. Confessava que não tinha opinião formada porque a informação que existia era muito contraditória pelo que não lhe permite manifestar-se sobre um assunto relativamente ao qual ainda nem sequer tinha sido efetuado o leilão pela Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM) para se saber qual seria a empresa que iria gerir aquele famoso 5 G, portanto não tinha condições para responder e muito menos se existiam antenas montadas ou não. Supunha que não existissem ainda uma vez que ainda não existia empresa para fornecer o 5 G, mas certamente a Presidente da Câmara Municipal acrescentaria algo. \_\_\_\_\_ \_\_\_ Relativamente à questão sobre o Pego do Inferno, a pergunta era: "o que é que a Assembleia Municipal de Tavira pode fazer?". Pensava que a única coisa que a Assembleia Municipal de Tavira podia fazer era ajudar a Câmara Municipal de Tavira a fazer com que aquele espaço voltasse a ser o que todos



conheciam e que era um orgulho para a cidade de Tavira mas que, como certamente a Presidente da
Câmara Municipal iria referir, não era fácil porque alguns terrenos eram privados
A Presidente da Câmara Municipal disse que iria por começar por responder ao Munícipe Hugo
Barreiro que também tinham sido as primeiras questões que tinha recebido e que colocava a seguinte
questão:
"Para quando está prevista a requalificação da Rua de São Pedro?"
Sabia da existência de um pequeno estudo prévio que ainda não tinha as especialidades para
requalificarem aquele espaço que realmente estava a necessitar. Pensava que o projeto não tinha
avançado pela questão alternativa da estrada que a Infraestruturas de Portugal (IP) propunha em
contrapartida da eletrificação da linha pois, como sabiam, o projeto era composto por três rotundas
que, obviamente, tinham que ser reconfiguradas, sendo pois a razão por que pensava que o estudo
tinha acabado por não avançar, visto que depois seria ali executada uma intervenção alargada do resto
da rua e, obviamente, da rotunda do Supermercado Aldi. Assim, havendo realmente comunicação
formal por parte do Presidente da IP, que como já tinha dito, nada tinha recebido, de que o processo
não avançaria, pensava que a evolução daquele estudo prévio para projeto faria todo o sentido porque
se tratava de uma entrada da cidade que realmente carecia do arranjo dos passeios e, provavelmente,
de levar um pavimento novo o mais rapidamente possível
Concluiu dizendo que realmente a confirmar-se que a estrada não iria vai avançar por aquele local,
seria certamente uma prioridade
A segunda pergunta:
"Para quando a construção de um estádio municipal com pista de atletismo?"
Pensava que a grande maioria das pessoas sabia que existia um espaço perto do pavilhão e das
piscinas municipais, que era um loteamento municipal, para onde, por parte da Divisão de Projetos,
Energia e Obras Municipais (DPEOM) existia uma proposta que o Urbanismo juntamente com o
Vereador João Pedro Rodrigues estavam a estudar, e que se referia a umas trocas de terreno entre
umas áreas de cedência, umas áreas de privados, de modo a conseguirem fazer ali todo o campo
desportivo, os campos de Padel, que também eram uma promessa, e a pista de atletismo
O Munícipe Hugo Barreiro referia que era sabido que de momento não existiam equipas de futebol
sénior, segundo ele, talvez por não existirem infraestruturas suficientes, mas de facto no que se referia à
pista de atletismo ela considerava que fazia muita falta, que devia de existir uma, sendo que já tinham
estado a estudar uma alternativa para a construírem noutro espaço, e estavam a estabelecer algumas
conversações naquele sentido porque pensava que era uma prioridade pois necessitavam de uma pista
de atletismo condigna.
Concluiu dizendo que certamente tal não aconteceria no presente mandato, mas pensava que num
právimo mandato coria uma prioridade para qualquer Evecutivo camarário



Outra questão que tinha sido colocada pelo Munícipe Hugo Barreiro era a seguinte: "Muro da
estrada das 4 águas, e requalificação da mesma estrada entre a ponte e a Tavipesca. Para quando a
resolução desse problema e requalificação do resto dessa estrada?"
Quanto ao muro das Quatro Águas, pensava que a Polis Litoral Ria Formosa (Polis) já tinha lançado a
empreitada para a sua reabilitação, pois tinha formulado um pedido à Câmara Municipal de modo a que
esta cedesse alguma verba porque a empreitada para a reposição do muro implicava que fosse partida
toda aquela parte do passeio, o cimento, sendo que um concurso que a Polis tinha realizado, tinha
ficado deserto, devido ao preço ser muito baixo
A Polis também estava em liquidação tal como a EMPET, pelo que tinham assinado um acordo de
cooperação técnica de modo a auxiliarem a Polis a custear uma parte daquela empreitada cujo
procedimento pensava que estava a decorrer e que rapidamente o muro seria reparado.
A requalificação da estrada entre a ponte e a Tavipesca estava relacionada com a pregunta seguinte:
"Para quando a criação de um porto de pesca e lota na cidade de Tavira?"
Respondendo à questão, disse que também existia um estudo prévio para a requalificação entre o
fim da requalificação das Quatro Águas e a Ponte dos Descobrimentos que não tinha ainda avançado
porque continuavam a ter a intenção de poder ter ali um Porto de Pesca, mas possivelmente sabendo
que poderiam haver alguns interessados privados, pensava que a Câmara Municipal teria que nos
próximos tempos e sobretudo, para o futuro, desenvolver um estudo económico da viabilidade
económica daquele Porto de Pesca ou de algumas marinas no concelho, entre outras, ouvindo as
entidades sobre o local e a forma de gerir o espaço. Assim, pensava que a requalificação não tinha
avançado porque havia por parte do anterior Presidente da Câmara uma ideia de tentar reaver o
terreno que seria para a construção do Porto de Pesca e tentar lançar uma concessão, mas ela pensava
que teriam que ter um estudo de viabilidade económica mais coerente para saber exatamente como
poderia ser feita aquela concessão porque qualquer pessoa apenas investiria se soubesse qual seria o
retorno financeiro de um determinado investimento e um porto de pesca custaria alguns milhões de
euros, quatro, cinco ou seis, e portanto pensava que primeiramente importaria tentarem encontrar
especialistas naquela área que desenvolvessem um projeto e, sobretudo, qual seria a melhor forma de
gestão daquele porto de pesca
Concluiu dizendo que aquela requalificação não teria evoluído porque havia aquela ideia do anterior
Presidente da Câmara. De qualquer modo, pensava que faria sentido que evoluísse, podendo
provavelmente não ser uma empreitada tão cara, colocando ali alguns passeios para permitir uma
melhor mobilidade
Disse que o Munícipe se referia a um conjunto de requalificações:
" Quando estará prevista a requalificação das seguintes estradas municipais?
Estrada Santo Estêvão até Tavira



2	W.
	face
	ay.

Estrada Sinagoga até EN125
Estrada do Bernardinheiro/Almiranta
Estrada da Asseca"
Respondeu dizendo que todas elas estavam integradas no procedimento que já estava a decorrer, já
estava lançado na plataforma, o procedimento de pavimentações da Luz de Tavira, Bernardinheiro e
também algumas pavimentações de Tavira
Relativamente à última questão, estava relacionada com o facto da ponte e da muralha do Castelo
estarem grafitados, que o Munícipe considerava dar um sinal de desmazelo e que a ponte estar cheia de
cadeados também não dava uma imagem bonita para além de que tinha falta de iluminação
Quanto aos grafitados, era verdadeiro, sendo que teriam que aferir se era possível limpar, o que
nem sempre era possível
Relativamente à ponte, a sua iluminação tinha vindo a constituir uma preocupação pois a atual era
fraca, todavia não tinham encontrado luminárias que, na sua opinião, se enquadrassem naquele tipo de
monumento. Tinham-lhe apresentado uma proposta mas confessava que não tinha gostado das três
opções de candeeiros propostos que tinha considerado demasiado modernos para aquela ponte, pelo
que deveriam de elaborar um estudo, que era o que a DPEOM estava a desenvolver, para criar uma
iluminação mais cénica, mais de baixo, que pudesse iluminar mais a ponte em vez de colocarem
candeeiros. Iriam contratar uma empresa especialista naquela área porque não dispunham de recursos
próprios para elaborar um projeto de iluminação, sendo que aquilo que estavam a pensar fazer
considerava que fazia sentido.
Passado às questões do Munícipe Hugo Vasques Lopes, referiu que a primeira questão era a
seguinte:
"Qual o valor e prazo de conclusão da alteração das antigas Lâmpadas Amarelas por novas de
Lâmpadas Brancas (led?). Onde se pode pesquisar essa informação?"
Aquele era um trabalho da Energias de Portugal (EDP) pois não era o Município que procedia à
substituição das lâmpadas. Em locais onde a EDP tinha procedido à sua substituição, algumas pessoas
tinham-se queixado que o fluxo do LED não era suficiente, o que já tinham reclamado informando a EDP
sobre a necessidade de haver uma alteração daquele fluxo
O Munícipe questionava sobre onde podia consultar aquela informação sendo que o que podia dizer
era que estava relacionada com a concessão no âmbito da iluminação pública
A segunda pergunta era: "Para quando a iluminação da rotunda de acesso da A22?"
Aquele era um processo no mínimo interessante. Como todos sabiam na última sessão da
Assembleia Municipal tinha falado sobre o assunto que até pensava que o Munícipe a tinha questionado
sobre o que é que a Câmara Municipal ia fazer. Tinha informado que seria celebrado um protocolo entre
a Câmara Municipal, a IP e as Rotas do Algarve Litoral S.A. (Rotas do Litoral) que era a concessionária,



que já tinha sido aprovado em Reunião de Câmara. O protocolo que tinha sido enviado pela IP para a Câmara Municipal aprovar em Reunião de Câmara tinha sido remetido à IP, para assinatura, a qual tinha respondido que não iriam assinar o protocolo sendo que ela tinha ficado com a ideia de que aquela era uma zona de conflito entre a IP e a Rotas do Litoral. A Câmara Municipal tinha assumido os custos da empreitada e a ligação à iluminação pública. Tinha falado há mais de um mês com o engenheiro Luís Pinelo que era o responsável da IP nesta zona do Algarve, que lhe tinha pedido algum tempo para resolver a questão. Na semana anterior, a Câmara Municipal tinha reunido porque necessitavam que aquela empreitada fosse executada sendo que ele também estava à espera, pelo que desconheciam se teriam que suspender ou não a empreitada pois estavam a aguardar a comunicação da IP no sentido que esta pudesse informar se seria efetivamente para avançar ou não. Já se tinha manifestado junto da IP sendo que não percebia o que é que podia estar em litígio porque considerava que aquela intervenção interessa a todos sobretudo por motivos de segurança do local e de quem entrava em Tavira. Continuou dizendo que já tinha questionado a IP independentemente de qualquer desacordo que pudessem ter com a Rotas do Litoral, se acontecesse naquele local um acidente, de quem era a responsabilidade. \_\_ Terminou referindo que iriam aguardar mais algum tempo, que o empreiteiro já tinha encomendado as luminárias e ela já tinha autorizado o pagamento, mas poderiam ter que rescindir por o protocolo não ser assinado, o que lamentava não percebendo por vezes algumas situações do país. \_\_\_ \_\_ Outra questão era: "Quem trata da manutenção das 5 rotundas na estrada nacional 125 que se encontram ao abandono, bem como da atrás referida rotunda de acesso da A22?" \_\_\_\_ \_\_ A Presidente da Câmara disse que pensava que aquela rotunda era da IP, mas que a IP dizia que era das Rotas do Litoral, que por sua vez diziam que era da IP, parecendo-lhe que era aquela a razão que tinha originado o conflito. \_\_\_ \_\_ Relativamente às outras rotundas pensava que para a Câmara Municipal ter a manutenção teriam que celebrar protocolos, que sabia existirem alguns como era o exemplo da rotunda para a Quinta das Oliveiras, desconhecendo a situação das outras rotundas. Quando Munícipe Hugo Lopes referia que estavam ao abandono, pensava que seria por terem algumas ervas devidos às chuvas tardias. \_\_\_ O Deputado Municipal José Mateus, Presidente da Junta de Freguesia de Tavira, disse que a Junta de Freguesia fazia a manutenção das mesmas várias vezes por ano.\_\_ \_\_\_ A Presidente da Câmara Municipal disse que sabia da existência do protocolo para a Rotunda das Oliveiras porque tinha sido a Câmara Municipal a executar a intervenção que ali tinha sido realizada,

tendo depois delegado. Porém, pensava que a Rotunda da Vela ao Vento não estava delegada mas a

Junta de Freguesia também fazia a manutenção. \_\_\_



município •
tavira
Referiu a quarta questão: "Ponte Pedonal para a Praia de Cabanas. Existe algum estudo sobre
possibilidade da mesma?"
Respondeu que ela soubesse, não existia qualquer estudo sobre aquela possibilidade
Outra questão colocada referia-se: "Para quando a mudança das passadeiras de acesso na Ilha
Tavira e na Praia do Barril?"
Disse que as passadeiras estavam presentemente a ser mudadas pela equipa do Vereador Jo
Vitorino que tinha estado na Ilha de Tavira durante os últimos dias
O Munícipe questionava ainda: "Qual o motivo dos PCs, Tablets e Routers só serem entregues para
próximo ano letivo?"
A Presidente da Câmara Municipal explicou que, como todos sabiam, pelo menos tinha si
publicitado, a Câmara Municipal tinha adquirido de acordo com as necessidades identificadas pel
agrupamentos de escolas Dr. Jorge Augusto Correia e D. Manuel I, computadores PC para os 10.º, 11.º
12.º anos e tabletes e routers para todos porque aqueles equipamentos eram necessários para
restantes ciclos, 1.º, 2.º e 3.º ciclos
Como era do conhecimento geral a China tinha estado parada durante bastante tempo e tendo
câmaras municipais e as empresas começado a adquirir computadores para as crianças que não tinha
possibilidades, obviamente que por aquele motivo tinha-se verificado um atraso na entrega d
mesmos
Os computadores tinham chegado há cerca de uma semana e meia e os tablets no final da sema
anterior. Para a D. Manuel I que tinham sido entregues na segunda-feira anterior apenas tablets, todav
o Agrupamento Dr. Jorge Correia que já dispunha dos computadores há mais tempo, tinha entendio
em Conselho Pedagógico, o que o Presidente da Assembleia Municipal que também era o Diretor o
Agrupamento poderia explicar melhor, que presentemente e a três semanas do final do ano letivo na
faria sentido a sua entrega. A Câmara Municipal tinha efetuado um empréstimo para a gestão d
equipamentos pelos agrupamentos, e portanto, o Agrupamento e o seu Conselho Pedagógico qu
representava todos os anos, tinham entendido que estes apenas deveriam de ser entregues no início o
ano letivo seguinte até porque muito possivelmente o modelo de aulas presencial poderia coexist
permitindo um melhor controlo, e que presentemente não seria grande valia para as crianças.
Concluiu dizendo que pensava serem aqueles os motivos cuja comunicação tinha sido efetuada pe
Conselho Pedagógico, que enquanto mãe também tinha recebido.
O Presidente da Assembleia Municipal disse que a questão de fundo e que o Munícipe tin
levantado, à semelhança de outros, era que muitos dos concidadãos não tinham entendido quand
tinha sido noticiado que aquele equipamento seria cedido a título de empréstimo, sujeito a um tern
de responsabilidade, que implicava a sua devolução em boas condições, entre outras. Existia u



caderno de encargos que acompanhava o equipamento, que era identificado pelo seu número de série e que cada pessoa identificada levava. \_\_\_ Citando o exemplo da Escola D. Paio Peres Correia onde ainda não tinham chagado os tablets apesar de saber que eles estavam no Municipio, acabando as aulas no dia vinte e seis seguinte, não faria qualquer sentido estarem a fazer um empréstimo por aqueles cinco, seis ou sete dias, não mais que isso, até porque para tal a escola tinha ainda que preparar toda a documentação para o empréstimo. Quanto aos computadores para o 12.º iriam emprestar computadores também por quatro ou cinco dias a alunos que iriam deixar a escola. No caso dos alunos do 9.º ano iriam emprestar tablets, todavia no ano seguinte já frequentando o ensino secundário teriam direito a computadores. \_\_\_ Aquelas tinham sido a razões que tinham levado o Conselho Pedagógico a considerar, e muito bem, pois não faria sentido estar a emprestar, e voltava a referir, emprestar, os equipamentos que em muito boa hora a Câmara Municipal tinha adquirido e que muitos cidadãos tinham pensado que seriam para oferecer, o que não era verdadeiro, até porque desconheciam a evolução da situação e aqueles equipamentos não se podiam ou deviam de oferecer principalmente quando muitos os iriam necessitar porque, honestamente, pensava que ninguém sabia como ficaria a situação até porque o Ministério da Educação ainda não tinha emanado qualquer diretriz, apenas sabendo ele o que todos sabiam, que tinham sido aprovados quatrocentos milhões de euros para a escola digital, o que significava que a situação seria para continuar. \_\_\_ \_\_ Era verdadeiro que os Diretores de Turma tinham assinalado todos os alunos que tinham declarado não possuir computador ou não ter internet, contudo verificava-se que havia quem dissesse que tinha mas presentemente já não tinha e outros que nunca tinham tido, talvez por vergonha, mas que presentemente já tinham. Por incrível que pudesse parecer eram os alunos subsidiados pela ação social escolar que tinham declarado terem computador e em contrapartida os não subsidiados, numa proporção de um para três é que diziam não possuir. \_\_\_\_\_ \_\_ A escola estava a preparar um conjunto de documentos para que as pessoas declarassem que não tinham computador. Obviamente que não conseguiriam verificar, mas pelo menos teriam que assumi-lo sob compromisso de honra perante os cidadãos de Tavira porque era com os impostos dos tavirenses que a Câmara Municipal tinha adquirido os computadores e os tablets.\_\_\_\_ Concluiu dizendo que a questão fundamental era que os equipamentos não tinham sido entregues, estavam guardados e, também não sabia quando, porque ninguém sabia quando começaria o ano letivo seguinte, mas presumia que seria em outubro, quando os alunos começassem o primeiro período do ano letivo seguinte, de 2020-2021, seriam seguramente entregues a título de empréstimo. \_\_\_ Outra questão que se colocava era se seriam suficientes, o que desconhecia, pelo que veriam. \_\_\_\_\_



tavira
A Presidente da Câmara Municipal referiu que na altura teriam que avaliar se seriam ou não
suficientes mas que certamente não faltariam muitos, e os prazos de entrega já não seriam tão
dilatados
A sétima questão do Munícipe Hugo Lopes era: "É verdade que uma empresa tentou comprar o
edifício da Citroen e a Câmara Municipal «convidou» a ir para o Parque Industrial, tendo feito com que a
empresa desistisse da compra e de investir em Tavira?"
A Presidente da Câmara Municipal respondeu que desconhecia, que com ela ninguém tinha falado
que pretendesse adquirir o edifício da Citroen e, portanto também não tinha convidado para ir para o
Parque Industrial. Não podia afirmar que era verdade sendo que, na sua opinião e do que tinha
conhecimento, era mentira.
Outra questão era: "Qual o Plano Econômico do Município para a retoma da economia local?"
A Presidente da Câmara Municipal disse que presentemente tinham adotado as medidas que tinham
entendido serem necessárias para ajudar os empresários e as pessoas que mais precisavam, que
também estavam atentos ao plano económico e de cooperação que o Governo tinha publicado, e
obviamente que iam acompanhando o evoluir da situação, sendo que se entendessem que deviam de
ter um plano económico com medidas mais musculadas e mais estruturante para que a retoma se
verificasse e, sobretudo, para que os pequenos empresários de Tavira conseguissem manter as suas
atividades e os postos de trabalho, certamente que desenvolveriam um plano mais concreto. Estavam
atentos e já a pensar que medidas poderiam tomar para apoiar a economia local que era muito assente
no turismo e portanto estava a sofrer com a incerteza que tinham relativamente aos turistas quer
estrangeiros, quer nacionais
A nona pergunta era a seguinte: "Qual o motivo da obra na Igreja das Ondas não ter qualquer
informação obrigatória por Lei?!"
Respondeu que se o placard não estava colocado, pelo menos da parte da frente não era visível,
deveria de estar. Naquele mesmo dia ao receber as questões remetidas pelo Presidente da Assembleia
Municipal tinha questionado a DPEOM que a tinham informado que tinha sido o empreiteiro que, tendo
o contrato sido assinado antes, na altura em que todos estavam em confinamento, não tinha
conseguido quem fizesse o <i>placard</i> mas que iria diligenciar para o colocar.
O Munícipe Luís Fernandes tinha remetido a seguinte questão: "Após a promessa efetuada no final
de 2018, de requalificação das piscinas de Santo Estêvão, as mesmas não sofreram até ao momento
qualquer intervenção. Quando se inicia a prometida requalificação das piscinas?"
A Presidente da Câmara Municipal respondeu que as piscinas de Santo Estevão não eram municipais
mas da freguesia pelo que teria sempre que haver uma ação por da parte da freguesia, um contrato
interadministrativo ou alguma coisa. O que pretendia dizer era que as piscinas que existiam teriam que
ser alvo de uma requalificação e adaptação para que pudessem cumprir as normas de segurança para



municipio •
serem frequentadas porque o projeto atual era deficitário naquelas questões de segurança para recintos (
de piscinas e, portanto, para a requalificação a Junta de Freguesia teria que tentar com um acordo
interadministrativo com a Câmara Municipal ou outra alternativa
A segunda questão: "Foi indicado pela Câmara Municipal de Tavira, iniciar a requalificação do Pego
do Inferno. Qual a atual situação desse processo?"
A Presidente da Câmara Municipal disse que tinham elaborado um estudo prévio que implicava um
acesso diferente do anterior, por baixo, pela ribeira, com passadiços, e outros, sendo um acesso que
numa larga maioria passava sobretudo por terrenos privados.
Antes de evoluírem e falar com os proprietários tinham remetido aquele estudo para parecer da
APA que tinha dado parecer favorável ao projeto sobre o qual estavam com algumas dúvidas até pelo
facto de a ribeira ser naquele local. Ao receber o parecer a Chefe de Divisão tinha-lhe telefonado a
perguntar o que iriam fazer, sendo que a ideia que tinha era de começarem a verificar quem eram os
proprietários, por onde passava a requalificação, e começarem a ter uma primeira conversa para
apresentarem o projeto e, sobretudo, para verificar se os proprietários autorizariam a construção ao
verem a parte das parcelas dos terrenos onde iriam passar os passadiços, para que pudessem
concretizar a intervenção.
Previa que se tratasse de um processo demorado, sendo que gostaria que todos percebessem a
importância que podia ter para Tavira porque o Pego do Inferno era um local muito frequentado e
muito bonito também, pelo que era conveniente dar-lhe dignidade e que o acesso também fosse bonito
e permitisse um passeio agradável. Assim, teriam que iniciar as conversações ao mesmo tempo que iam
desenvolvendo o estudo prévio para projeto e para as restantes especialidades.
A última questão do Munícipe Luís Fernandes era a seguinte: "À saída de Santa Luzia para Tavira,
situa-se a Quinta do Pinheirinho. Esta quinta foi completamente limpa do arvoredo existente. A
autarquia sabe qual é o objetivo que será dado ao terreno?"
A Presidente da Câmara Municipal disse que conforme já tinha dito se tratava de agricultura, que o
terreno tinha sido arrendado e seria desenvolvido um projeto de agricultura
Passando às questões da Munícipe Ângela Rosa relativamente ao CEA em Tavira, questionava: "O
Movimento de Cidadãos pela Defesa do CEA Tavira quer ver revitalizado o CEA e por isso já elaborou
uma proposta nesse sentido que entregou à DRAP Algarve, a qual aguarda resposta. Gostaríamos de
saber o que a Câmara pensa relativamente ao CEA?"
A Presidente da Câmara Municipal disse que já tinha falado sobre o assunto naquela sessão e que
também tinha falado na anterior. Obviamente que pretendiam e consideravam que aquele espaço
deveria de ser requalificado, reabilitado, devendo-se aproveitar quer a sua coleção de sementes, a
coleção de fruteiras, quer todo o património existente e que também marcava a história de Tavira, mas
continuava a pensar e gostaria muito que ali pudesse ser a Quinta da Dieta Mediterrânica (DM) num



projeto associado ao Ciência Viva e tendo em consideração as várias dimensões da DM pois seria uma
boa oportunidade para ligarem a ciência, a agricultura e também a parte educativa, e criarem ali um
espaço que pudesse ser visitado por crianças, por adultos, um sitio agradável com uma vertente
educativa mas também da história
Também ali se encontrava uma série de edifícios que estavam desocupados, e todos sabiam das
dificuldades que existiam de habitação, sobretudo para os mais desfavorecidos, pelo que talvez
pudessem fazer algo ligado à reabilitação de alguns daqueles edifícios naquele sentido. Veria com bons
olhos e pensava que seria uma solução que, com algum investimento, poderia também melhorar a
resposta naquela área
Sobre a quinta geração de telecomunicações, cuja questão era: "Gostaria de saber a posição de
Vossa Excelência Presidente da Assembleia Municipal de Tavira, assim como, dos restantes deputados
municipais e do executivo camarário, relativamente ao 5G e aos riscos que acarreta para a Saúde e
Ambiente?" a posição do Presidente da Assembleia Municipal já tinha sido por ele respondida.
De acordo com o que tinha lido, existia informação divergente, sendo que ela não estava
propriamente habilitada ou detinha conhecimento técnico em termos dos riscos que acarretava para a
saúde para poder responder
Relativamente ao facto de existirem antenas, desconhecia se as antenas existentes no concelho
podiam ou não ser usadas para o 5G. O que eu sabia do 5G era que estava a ser efetuada a consulta
pública para a forma como se iria processar o leilão do 5G e que a mesma consulta publica tinha sido
interrompida no âmbito da COVID-19
Naquele mesmo dia tinha voltado a pesquisar aquela informação na ANACOM e pensava que a
consulta pública continuava suspensa, portanto se não fosse efetuado o leilão não teriam operador a
operar em 5G e, como tal, pensava que não existiam antenas, sendo que na Câmara Municipal não tinha
dado entrada qualquer pedido relativo ao 5G. Se as antenas e aparelhos existentes davam para 5G, não
fazia a mínima ideia, pois não tinha aquele conhecimento técnico para o dizer.
Sobre o Pego do Inferno "O que é que a Assembleia Municipal de Tavira pode fazer no sentido de
restaurar e revitalizar condignamente, e o mais rápido possível, o acesso e espaço circundante deste
símbolo emblemático de Tavira?"
Pensava já ter respondido ao Munícipe Luís Fernandes, mas rapidamente nunca conseguiriam,
conseguindo apenas limpar, todavia com aquele projeto poderiam conseguir uma intervenção,
possivelmente iniciando-se dentro de um ano se tudo corresse bem, o que considerava não ser um
prazo muito utópico, mas presentemente estavam a desenvolver o estudo prévio que, obviamente teria
que passar por um acordo com os proprietários



O Presidente da Assembleia Municipal disse que iriam entrar na Ordem do Dia começando pelo
ponto número um referente à apreciação da informação do Presidente da Câmara Municipal sobre a
atividade municipal
A Presidente da Câmara Municipal disse que não tinham tido muita atividade desde a Assembleia
Municipal anterior, realizada no final do mês de fevereiro, pois no dia doze de março tinham tomado a
decisão de fechar ao público os serviços municipais e portanto desde aquela altura, seguido do Estado
de Emergência, todos os eventos tinham sido cancelados ou adiados
No dia dezanove de maio tinha-se realizado o primeiro evento após o cancelamento das cerimónias
do dia dezasseis de março, em que tinham assinalado Dia Internacional dos Museus, no dia dezoito que
tinha sido segunda-feira, com a inauguração da exposição que iria ser um dos pontos altos da exposição
do dia dezasseis de março, a exposição de "A Principal do Reino do Algarve - Tavira nos séculos XV e XVI"
que era a exposição comemorativa dos quinhentos anos de Tavira, que estava muito bonita e que
convidava todos a visitarem, sendo que as visitas se estavam a efetuar no cumprimento das normas de
higiene e segurança e de distanciamento. Tinha sido um momento simbólico onde tinha estado Vitor
Correia que tinha efetuado a leitura da carta de Tavira, ela própria, os vereadores João Pedro e José
Vitorino e os técnicos, inaugurando assim a exposição e assinalando também o Dia Internacional dos
Museus.
Na impossibilidade de terem alguma atividade cultural, porque também tinham decidido cancelar o
Viva a Primavera que era o programa municipal que habitualmente tinham na primavera, tinham
realizado eventos online, o maio online, o junho online, com uma série de concertos às sextas-feiras com
vários artistas do concelho, pretendendo daquela forma dar visibilidade também ao trabalho por eles
desenvolvido e também, obviamente, ajudar um pouco, porque todos sabiam que não era apenas a
economia ligada ao turismo que tinha problemas financeiros, pois a cultura também passava por
momentos muito difíceis. Tinham tido produções muito interessantes como a própria banda a tocar com
os músicos em casa, portanto tinha havido uma reinvenção no tempo em que se encontravam
Relativamente ao programa da atividade física, também tinham criado uma forma das pessoas
poderem fazer alguma atividade física, online, nas redes sociais do Município, no caso no facebook, às
segundas, quartas e sextas, em que eram abrangidos diferentes públicos, séniores, crianças, tendo sido
uma forma de também haver alguma atividade física no tempo em que tinham estado mais em casa.
As empreitadas tinham-se continuado a se executadas com os devidos planos de contingência e
medidas de segurança em obra
Relativamente às intervenções em procedimento, como já tinha referido, estavam as "Obras de
Conservação e Beneficiação da Rede Viária do Concelho — Caminhos Municipais na Freguesia de Tavira e
na Fraguesia da Luz de Tavira e Santo Estêvão"





Estava também em procedimento uma empreitada no valor de cerca de um milhão e meio de euros $ ho$
para as "Obras de Conservação em Edifícios de Habitação Social – Horta do Carmo e Atalaia"
A "Intervenção em Espaço Público no Concelho" era constituída por várias pequenas empreitadas em
vários espaços
De modo a tornarem mais agradável o espaço do Mercado da Ribeira estava também em
procedimento a intervenção " <i>Mercado da Ribeira – Impermeabilização da Cobertura</i> "
Praticamente concluídas estavam as "Obras De Conservação e Beneficiação da Rede Viária do
Concelho de Tavira - Caminhos Municipais na Freguesia da Conceição e Cabanas de Tavira", cujo
empreiteiro tinha solicitado uma pequena prorrogação devido à COVID-19, completando assim mais
uma requalificação importante na Freguesia
Estavam também a decorrer a empreitada da "Casa da Aldeia e Jardim Público de Cachopo" e a
"Beneficiação dos Espaços Exteriores nas Escolas do Concelho" à qual já tinha feito referência na
Assembleia Municipal anterior
Embora tivesse também estado suspensa por força da COVID-19, a empreitada de "Conservação e
Restauro do património integrado e móvel da Igreja Matriz de Santa Maria do Castelo, em Tavira" iria
recomeçar
Apesar de ter sido alvo de uma intervenção que pensava ter finalizado no ano de dois mil e quinze,
estavam a decorrer as "Obras de conservação nos paramentos exteriores e interiores da Igreja de São
Pedro Gonçalves Telmo" porque a Igreja já estava a necessitar, quer a nível do exterior, quer interior
Decorriam as intervenções de "Requalificação da Fonte Férrea de Cachopo" e uma "Intervenção em
fogos de habitação social" devido ao facto de ter havido incêndios em duas habitações
Relativamente à "Remodelação da iluminação na rotunda de acesso da EN270 À A22" já tinha
explicado a razão por que se encontrava suspensa
A empreitada da "Ponte sobre o rio Gilão na ligação do Largo da Caracolinha à Rua do Cais"
continuava a decorrer a muito bom ritmo e tendo ela falado com o empreiteiro, este tinha-a informado
que provavelmente no final do mês de setembro a ponte estaria concluída
Estavam também a decorrer a "Empreitada de Beneficiação de Recintos Polidesportivos" e as "Obras
de Conservação nas Piscinas Municipais de Tavira" que estavam em fase de conclusão embora tivesse
sido efetuada uma pequena prorrogação porque devido à COVID-19 tinham tido menos trabalhadores a
aborar
Quanto à "Reabilitação do Cine Teatro António Pinheiro", a parte estrutural já tinha ficado para trás
estando presentemente a proceder-se às injeções de betão, o que estava a decorrer a bom ritmo
Relativamente à "Requalificação da Escola EB1 e Pré-Escolar de Santo Estevão" tinha estado reunida
com o empreiteiro naquela mesma semana. A intervenção já tinha tido várias prorrogações de prazo
pelo que tinha tido que conversar com o empreiteiro porque tinham que decidir se avançavam com a



intervenção ou se rescindiam o contrato. Presentemente a obra estava executada em um pouco mais de cinquenta por cento sendo que o empreiteiro se tinha comprometido a terminá-la até meados de julho, alegando que agora seria mais fácil, embora estivesse com um problema devido às portas corta-fogo 🔱 que era uma solução que ele não estava à espera mas que tinha mesmo que ser aquela porque, caso contrário, e se aceitassem a substituição por outras portas o projeto não passaria por parte da Autoridade de Proteção Civil uma vez que as normas de segurança não eram cumpridas. O empreiteiro tinha considerado umas portas normais mas as que estavam no projeto eram umas portas corta-fogo com um vidro resistente ao calor até várias horas e portanto tinham um preço muito elevado, todavia ele tinha-lhe dito que à partida estaria concluída sendo que estavam a contar poder iniciar o ano letivo na Escola de Santo Estevão. \_\_\_ O "Reforço Estrutural do Edifício do Compromisso Marítimo" estava com atraso mas tinham-lhe dito e veriam se até ao final do corrente mês eram retirados todos os tapumes ficando apenas alguma coisa na parte de trás, porém atualmente a empreitada estava a desenvolver-se razoavelmente bem. \_\_\_ \_\_ Para terminar, faltava apenas resolver pequenas questões na "Obras de Conservação em Habitação Social — Intervenção no interior de habitações na Atalaia, Horta do Carmo e Santa Catarina da Fonte do Bispo" como era o caso de uns exaustores e algumas coisas que não funcionavam. \_\_\_ Concluiu a apresentação dizendo que a "Empreitada de Reabilitação e Recuperação do Edifício da Antiga Segurança Social – Futuras instalações Municipais" era outra empreitada do Edifício do Compromisso Marítimo. \_\_ \_\_ O Presidente da Assembleia Municipal disse que ainda no capítulo das informações passavam ao ponto número dois da ordem do dia, referente à Relação de procedimentos realizados ao abrigo da autorização prévia para a assunção de Compromissos Plurianuais - Proposta n.º 254/2019/CM.\_\_\_\_\_ \_\_ A Presidente da Câmara Municipal disse que se referia à autorização que lhe tinha sido dada para poder autorizar compromissos plurianuais até ao montante de noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos e estava relacionada com a empreitada das duas habitações sociais que tinham sofrido incêndios, com a prestação de serviços de manutenção dos

pequena intervenção. \_\_\_\_\_\_ Referia-se ainda à repartição de encargos da empreitada de restauro do património de Santa Maria cujos procedimentos na plataforma se tinham acabado por atrasar um pouco, ao procedimento dos combustíveis, no caso, dos cartões, da aquisição de *software* para a central telefónica e das apólices de

sistemas AVAC da Câmara Municipal, com um contrato para a manutenção das viaturas Toyota que

tinha repartição de encargos para os vários anos e com a repartição de encargos do projeto para a

substituição do passadiço de acesso à Ilha de Cabanas cujo atual estava em mau estado de conservação,

que acabava por ter um pequeno alargamento para melhorar as condições de acesso ao cais de

embarque e desembarque dos barcos, e que presentemente estava também a sofrer também uma



seguros de catorze viaturas novas que tinham adquirido e que não estavam consideradas no
procedimento de seguros em vigor
O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número três referente à apreciação do
Relatório e Contas relativo ao exercício de 2019 da TaviraVerde - Empresa Municipal de Ambiente,
E.M
A Presidente da Câmara Municipal referiu que a Chefe de Divisão tinha elaborado um pequeno
resumo do que existia a destacar que, obviamente, era um comportamento positivo por parte da
empresa municipal
Pretendia assinalar uma diminuição dos financiamentos de médio e longo prazo da empresa, que no
ano anterior tinham subido, e também uma diminuição da dívida de fornecedores
Destacava o facto de se ter verificado um aumento das vendas, realçando que aquele aumento de
vendas e prestações de serviços não estava relacionado com aumento do custo de água pois o tarifário
apenas tinha sido atualizado com base na inflação, cujos dados eram remetidos para o setor das águas
pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) sendo o valor da inflação aplicado à
Águas do Algarve e por sua vez a TaviraVerde fazia repercutir nas faturas. O valor da inflação no ano
anterior tinha sido de zero, vírgula nove por cento
Concluiu dizendo que a empresa tinha tido um resultado líquido positivo e que tinha proposto a
distribuição de dividendos pelos acionistas à semelhança do que já tinha acontecido no ano anterior
O Deputado Municipal Jorge Corvo disse que relativamente ao ano anterior se tinha verificado o
valor de um milhão de euros de dividendos, o que sendo um resultado positivo, considerava que no
presente ano, sobretudo naquela altura em que se vivia, uma altura da pandemia, deveria de se ter
refletido nos consumidores, pois tinha sido uma altura em que a maioria das pessoas tinha estado em
casa, que os consumos tinham aumentado o que se refletiria positivamente nos números da
TaviraVerde, sendo que com aqueles resultados positivos, pelo menos da parte do acionista Câmara
Municipal deveria de haver uma medida que mitigasse os efeitos do custo da água nas famílias
tavirenses
Naquele sentido, questionava se estava algo previsto
A Presidente da Câmara Municipal disse que a TaviraVerde possuía os tarifários sociais para as
famílias com rendimentos mais baixos, para os aposentados e para as famílias numerosas. Para além
disso, a TaviraVerde tinha isentado todos os não-domésticos nas tarifas fixas durante o estado de
emergência e, depois porque muitos dos negócios tinham continuado encerrados no estado de
calamidade tendo aberto de forma faseada de acordo com as resoluções do Conselho de Ministros que
tinham vindo a ser publicadas, a TaviraVerde tinha voltado a isentar os não-domésticos relativamente
àquelas tarifas. Não tinham sido considerados os domésticos primeiramente porque, sendo verdadeiro



que muitas famílias tinham tido perdas de rendimentos, também era verdadeiro que muitas não tinham tido perdas, se calhar, se olhassem para as pessoas que compunham aquela sala conseguiriam concluir que nem todos tinham tido perdas de rendimentos podendo-se fazer uma amostra. \_\_\_ Por outro lado, queria destacar que, de acordo com os números que a TaviraVerde lhe tinha feito chegar, tinha isentado cerca de quatrocentos e oitenta estabelecimentos, dos quais cerca de trezentos e vinte tinham apresentado requerimentos, e as IPSS, entre outras, que também tinham tido isenção por se tratar de clientes não-domésticos. \_\_ Quanto aos domésticos, primeiramente não conseguiriam avaliar todas as famílias que tinham tido perdas de rendimento, pelo que ao isentar do pagamento de água poderiam estar também a fomentar o seu consumo, o que não pretendiam, pois continuavam em seca, já não extrema mas severa, apesar do que tinha chovido que não tinha sido suficiente e apesar dos níveis das barragens terem melhorado ligeiramente, continuavam em seca e, portanto, considerava que aquela isenção poderia ter levado a aumento do consumo que, de todo, não era desejável, porque tinham conhecimento da situação em que viviam e do problema da água e, ainda, uma outra questão que era o facto de as pessoas pensarem que como não pagavam poderem aproveitar para encher piscinas, tanques, e outros. \_\_ \_\_ A própria ERSAR tinha remetido a todos os municípios informação em que aconselhava que não isentassem o pagamento da água mas eventualmente taxas, e que tal se verificasse durante períodos muito curtos, não mais que dois meses. \_\_ \_\_ Outra questão que pretendia referir, que pensava ser importante e que já tinham ali assinado, referia-se à eficiência da empresa municipal. Não era ela que tinha acompanhado mas o anterior Presidente e o Vereador João Pedro Rodrigues, que pensava terem acompanhado em alguns momentos um grupo de trabalho para a construção do Plano de Eficiência Hídrica para a região que estava a ser liderado pela APA mas podia dizer que grande parte dos municípios tinha mais de cinquenta por cento em perdas e que a Tavira Verde, depois da Infraquinta - Gestão de Resíduos e Infraestruturas, E.M. e da Inframoura - Empresa de Infraestruturas de Vilamoura, E.M., era a empresa municipal, e Tavira era o concelho, que menos perdas de água tinham, dezasseis por cento, o que demonstrava a forma eficiente como a Tavira Verde geria a água porque tinha muito poucas perdas na rede e, portanto, pensava que tal mostrava que do lado da TaviraVerde também não existia apenas a questão das tarifas, mas também um trabalho que era de louvar. Todos os outros municípios estavam bastante acima no que a perdas de água dizia respeito, trinta, quarenta por cento, e como já tinha dito alguns chegavam aos cinquenta por cento, pelo que praticamente todos iriam ter que adotar medidas, continuar a investir significativamente na rede, ao contrário da TaviraVerde que tinha vindo a efetuar aqueles investimentos, o que também era importante e realmente tinha melhorado bastante a sua eficiência naquele campo e, mesmo assim, previa ainda continuar a investir na substituição.



Obviamente que o Município também tinha ajudado porque todas as intervenções efetuadas pela Câmara Municipal em que se verificasse que a rede estava deteriorada, era incluída nas intervenções e, portanto, ficavam com a parte das infraestruturas toda melhorada, todavia era um trabalho que tinham que destacar e também provar que a TaviraVerde tinha desenvolvido um bom trabalho e de qualidade. \_\_\_ Para terminar disse que, pensava que apenas na semana anterior tinham recebido os dividendos relativos aos anos de dois mil e dezoito e dois mil e dezanove porque no ano anterior não os tinham recebido o que deixava uma hipótese da Câmara Municipal poder ter mais dinheiro para investir naquele plano económico, que já ali tinham falado, e que o teria que fazer porque, como era óbvio, muito possivelmente as receitas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) iriam baixar porque tinham baixado a taxa, como acontecia com o Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) cuja última análise recebida já o demonstrava estando a perder comparativamente ao ano anterior cerca de um milhão de euros cuja verba seria, obviamente, para ajudar quem mais precisava, sobretudo as famílias que estavam mais vulneráveis e os pequenos empresários porque considerava que o foco que deviam de ter no futuro era a manutenção dos postos de trabalho e do emprego. \_\_ \_\_\_ O Deputado Municipal Artur Sanina disse que tinham estado a analisar as contas da TaviraVerde e concordava com a Presidente da Câmara Municipal que as perdas de água eram cerca de dezasseis e meio por cento, todavia interrogavam-se sobre a razão daquela perda porque os dezasseis e meio por cento correspondiam a quatrocentos e vinte mil metros cúbicos de água independentemente de comparar com outras instituições ou entidades que exploravam a água, outras autarquias. \_\_\_ \_\_ Relativamente às contas, o resultado tinha sido positivo mas como o valor da fatura da água constituía uma grande preocupação para os munícipes de Tavira tinham efetuado uma análise comparativa entre os dezasseis concelhos do Algarve tendo verificado que a TaviraVerde independentemente das suas tarifas sociais, famílias numerosas, se encontrava sempre nas três autarquias mais caras do Algarve, estando em certos escalões em primeiro lugar, noutros em segundo ou em terceiro, mas situava-se sempre nos três municípios mais caros dos dezasseis do Algarve, pelo que tinha lucros e fazia investimentos mas, tal como o seu colega de Assembleia Municipal tinha dito, não apenas as pessoas, a água em Tavira estava cara, pelo que questionava se não seria de pensar em baixar as tarifas.\_\_\_\_ \_\_\_ A Presidente da Câmara Municipal disse que relativamente às perdas era óbvio que existiam uma vez que nem toda a rede tinha sido substituída existindo zonas em que era preciso continuar a investir sendo que a TaviraVerde tinha previsto continuar no seu plano de investimento. \_\_ Quanto a baixar as tarifas da água, recordava que a TaviraVerde não era uma empresa cem por cento municipal, mas uma parceria público-privada onde alguém tinha assinado um acordo parassocial, ninguém dos executivos a que ela tivesse pertencido, pelo que não podiam esquecer que aquele acordo,



que pensava na altura tinha tido todas as devidas validações, nomeadamente Tribunal de Contas, dizia que o sócio privado teria uma rentabilidade por tudo o que investisse num valor a rondar os treze por cento. O que tentavam era que fossem cumpridas questões como a existência das tarifas sociais, das famílias numerosas e sobretudo dos idosos, sobre o que tinham insistido bastante. \_\_ \_\_ O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número quatro, também no capítulo das informações, referente à Prorrogação de isenções - Medidas de apoio a agentes económicos e grupos sociais mais desfavorecidos, no âmbito do plano de prevenção da pandemia COVID-19 - Proposta n.º 158/2020/CM.\_\_ \_\_ A Presidente da Câmara Municipal disse que já tinham ali falado naquelas medidas mas poderia relembrar. \_\_ Inicialmente tinham aprovado aquelas medidas até junho com a ideia de irem acompanhando a evolução da situação, pelo que tinham isentado as taxas de ocupação de via pública, publicidade, rendas dos espaços que eram propriedade da Câmara Municipal mas que estavam concessionados, pagamento das rendas de habitação social e das tarifas dos não-domésticos de saneamento e de resíduos.\_\_\_ \_\_ No final do mês de maio tinham decidido prorrogar a isenção da ocupação da via publica até ao final do ano e as restantes taxas até ao final de setembro, sendo certo que iriam acompanhando sempre a situação e adequando as medidas ao que seria a realidade do momento. \_\_\_ \_\_\_ O Presidente da Assembleia Municipal disse que iriam passar às propostas sujeitas a votação.\_\_\_\_ \_\_\_ Aproveitava para pedir a todos os e as Deputadas Municipais que não estavam presentes na sala para quando lhes fosse possível passassem pelo Edifício André Pilarte, 1.º andar, para assinarem as senhas de presença. \_\_\_ A Presidente da Câmara Municipal referiu que apenas pretendia solicitar ao Vereador João Pedro Rodrigues que esclarecesse a pergunta do Munícipe Hugo Lopes relativa a Citroen pois não gostava de questões mal respondidas, pelo que solicitava ao Presidente da Assembleia Municipal que ele pudesse responder apesar de já estarem na ordem do dia, mas antes de se iniciarem as votações. \_\_\_ O Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Vereador João Pedro Rodrigues para que esclarecesse a questão. \_\_\_ O Vereador João Pedro Rodrigues disse que era importante esclarecer a questão porque da forma como tinha sido colocada até parecia que estavam a enxotar as pessoas para fora de Tavira, o que não tinha acontecido. O que tinha acontecido tinha sido uma conversa telefónica entre ele próprio e a Caixa de Crédito Agrícola Mutuo (CCAM), não o promotor, em que a CCAM era interessada no negócio e tinha uma empresa interessada em instalar naquele espaço uma atividade industrial de transformação ao que os tinha informado que naquele espaço a atividade industrial, a alteração em termos de licença, não seria possível e que para atividade industrial existia o Parque Industrial.



Tavira de la constante de la c	l
Aquela tinha sido a conversa, não com a empresa que nem sequer sabia qual era, mas com	ı a
administração da CCAM que tinha interesse no negócio	
A Presidente da Câmara Municipal disse que realmente as questões mal explicadas por vez	zes (
davam aso a comentários menos próprios	
O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número cinco sobre a apreciação	
votação da proposta da Câmara Municipal número 85/2020/CM - "Requalificação das Antas c	
Pedras Altas e da Masmorra" - Reconhecimento de interesse do investimento.	
A Presidente da Câmara Municipal explicou que a Câmara Municipal tinha apresentado un	
candidatura sobre a requalificação das Antas das Pedras Altas e da Masmorra que se localizavam e	
Cachopo e que eram monumentos do período megalítico, que estavam na Freguesia e que pensava q	ue
lhes deveria de ser dada alguma dignidade, ter sinalética, tirando assim o melhor proveito d	los
monumentos sobretudo porque Cachopo era do interior podendo aquele ser mais um foco e u	ım
apontamento que levasse as pessoas a visitarem Cachopo. Tinham todo o interesse em levar pessoas	ao
interior e cada vez existiam mais pessoas que procuravam aquele tipo de Turismo. O Programa	de
Desenvolvimento Rural (PDR), no âmbito da candidatura, tinha notificado o Município para que fos	sse
remetida ata onde a Assembleia Municipal reconhecesse o interesse daquela requalificação para	as
populações, para a economia, cujo valor da requalificação era de cerca de cento e setenta mil eu	os
financiados as cinquenta por cento	
A aprovação da Câmara Municipal já tinha sido remetida também para demonstrar a intenção	de
que iriam apresentar o assunto à Assembleia Municipal, pelo que o que propunha era a declaração	do
reconhecimento do interesse da mesma até porque os monumentos já estavam com algum desgaste	е,
pelo que sabia, tinham sido encontrados já no século XX. Assim, a ideia era criarem mais um foco	de
interesse em Cachopo e, sobretudo, dar alguma dignidade àqueles monumentos para que pudessem s	ser
visitados e constituíssem mais uma mais-valia para o Concelho, mas sobretudo para Cachopo	_
O Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta número 85/2020/CM - "Requalificaç	ão
das Antas das Pedras Altas e da Masmorra" - Reconhecimento de interesse do investimento a votaç	ão
que foi aprovada por unanimidade	
O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número seis sobre a apreciação e votaç	ão
da proposta da Câmara Municipal número 90/2020/CM - Regulamento e Tabela de Taxas - Vers	ão
final	-
A Presidente da Câmara Municipal referiu que já há algum tempo que a tabela de taxas vinha	
necessitar de uma revisão, primeiramente, por força das competências que no ano transato tinha	
aceitado relativas às praias, aos jogos de fortuna e de azar que tinham que ser previstas porque n	
estavam contempladas uma vez que a Câmara Municipal não tinha aquelas competências.	



tavira
Em segundo lugar, devido à questão das isenções que pretendiam manter e prorrogar para as
intervenções urbanísticas dentro da Área de Reabilitação Urbana (ARU)
Outra questão, que também já tinha sido abordada na Assembleia Municipal, referia-se à taxa de
inspeção de elevadores sobre o que também muitos munícipes se tinham pronunciado dizendo que
seria uma das mais altas do Algarve e que tinham dito que seria revista.
Havia ainda uma série de taxas do novo regulamento de ocupação de via pública e publicidade por
força da questão do balcão do empreendedor e das comunicações prévias, entre outras, que também
necessitavam de ser atualizadas.
Tinham ainda procedido à atualização de mais duas taxas, uma relacionada com a alteração da
duração do cartão de residente que passava de dois para um ano, sendo portanto necessário reduzir o
seu valor para metade passando a custar cinco em vez dos dez euros que custava, e outra estava
relacionada com o estacionamento tarifado que tinha sofrido um aumento de sessenta para setenta
cêntimos que estava relacionada com um pedido de reequilíbrio financeiro, cujas conversações tinham
sido com o anterior Presidente da Câmara Municipal, Jorge Botelho
Concluiu dizendo que o regulamento tinha sido remetido para discussão pública ainda antes do final
do ano, tendo demorado muito tempo a ser publicado, pelo que a discussão pública tinha decorrido em
fevereiro, e aquela era a versão final
O Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta número 90/2020/CM - Regulamento e
Tabela de Taxas - Versão final a votação que foi aprovada por maioria com vinte e quatro votos a
favor dos deputados municipais Ana Cristina Palmeira, Ana Margarida Baioa, Ângelo Pereira, Carla
Martins, Carlos Sousa, Elsa Martins, Fernando Rodrigues, Hugo Gomes, Jorge Corvo, José Epifânio
Graça, José Liberto Graça, José Mateus Costa, José Otílio Baia, Maria João Anjos, Maria José Mestre,
Maria Manuela Romão, Maria Otília Cardeira, Muriel Dias, Narciso Barradas, Nuno Diogo, Sílvia
Soares, Silvino Oliveira, Virgílio Horta e Vitor Palmeira e três abstenções dos deputados municipais
Artur Sanina, Ilídio Martins e Pedro Soares
O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número sete sobre a apreciação e votação
da proposta da Câmara Municipal número 107/2020/CM - Concurso público para concessão do direito
de exploração do Bar da Biblioteca Municipal de Tavira - Biblioteca Álvaro de Campos - Abertura de
procedimento, aprovação das peças e nomeação do Júri
A Presidente da Câmara Municipal disse que a Biblioteca Municipal também estava a funcionar com
alguns condicionamentos mas a anterior pessoa que explorava o bar e que tinha ali a concessão, por
vontade própria, tinha terminado a concessão. Assim, porque era uma necessidade para a Biblioteca
Municipal e as concessões eram uma competência da Assembleia Municipal, o que propunha era que

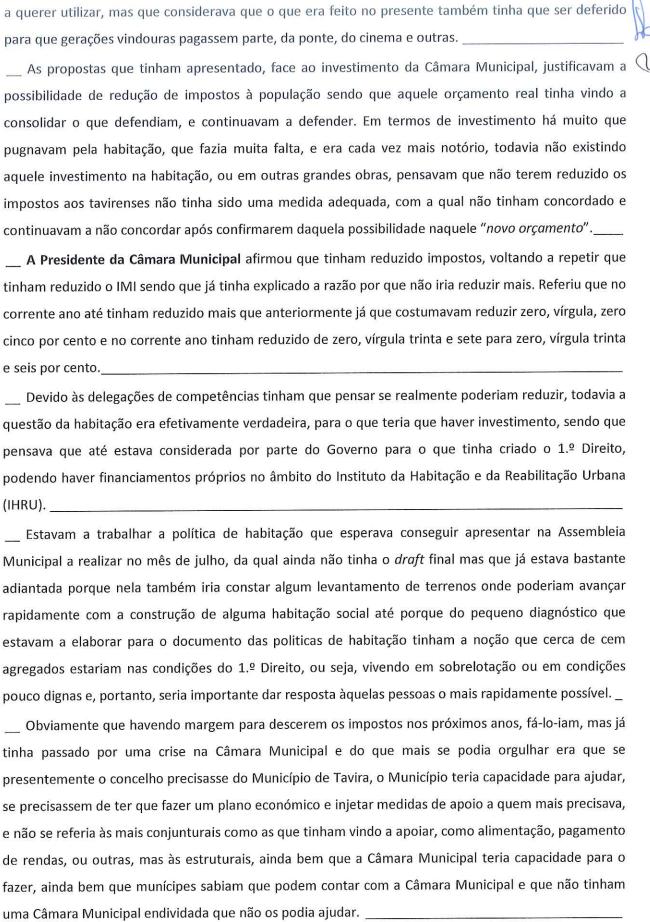


fosse aprovada a abertura do procedimento e as peças, em anexo, bem como a composição dos membros do júri que seriam os trabalhadores da Biblioteca Municipal. \_\_\_ O Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta número 107/2020/CM - Concurso público para concessão do direito de exploração do Bar da Biblioteca Municipal de Tavira - Biblioteca Álvaro de Campos - Abertura de procedimento, aprovação das peças e nomeação do Júri a votação que foi aprovada por unanimidade.\_ O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número oito sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 114/2020/CM - Mapa de Fluxos de Caixa e 1ª. alteração modificativa ao Orçamento de 2020.\_\_\_ \_\_\_ A Presidente da Câmara Municipal disse que aquela era uma situação nova que estava contemplada no novo Orçamento do Estado, a Lei n.º 2/2020, e que permitia que o saldo de gerência pudesse ser incorporado por recurso a uma revisão ao Orçamento podendo ser efetuada após a aprovação do mapa de fluxos de caixa e antes da aprovação do documento de prestação de contas. \_ \_\_ Aquela era a resolução da questão que era sempre colocada ao aprovarem a prestação de contas em fevereiro, que a legislação referia que a prestação de contas era aprovada em abril, sendo que possuíam um parecer da Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL) que referia que abril era indicativo pelo que podia ser aprovada antes. Tinha que agradecer ao Secretário de Estado, antigo Presidente da Câmara Municipal que tantas vezes a tinha ouvido falar na questão do saldo de gerência e da sua integração do antes de abril que realmente tinha conseguido que aquela norma viesse plasmada no Orçamento de Estado do corrente ano e que as câmaras municipais pudessem utilizar o saldo de gerência daquela forma sendo também uma das razões porque tinham aguardado até àquela altura para realizar a Assembleia Municipal, senão tê-la-iam realizado antes, porque a integração do saldo de gerência era essencial para a Câmara Municipal. \_\_\_\_\_ \_\_ Como sabiam, o orçamento inicial era de trinta e cinco milhões de euros em que tinham as rúbricas dotadas apenas para funcionar durante algum tempo, até finais de fevereiro, porque estavam a pensar efetuar a integração do saldo de gerência naquela altura, o que não tinham conseguido devido ao procedimento de adjudicação do Revisor Oficial de Contas (ROC) cuja aprovação era da competência daquela Assembleia Municipal. Também já tinham um procedimento para os três anos seguintes que seria apresentado na Assembleia Municipal seguinte porque o procedimento que tinham apresentado em fevereiro referia-se a um ajuste direto para o ano de dois mil e dezanove. \_\_ Com a aprovação tinham, sobretudo, dotado aquelas rúbricas que tinham deixado em aberto para reforçar, também muitas empreitadas, que assim que a rubrica tinha sido dotada, tinham começado a lançar, e também por força da situação que se tinha verificado, tinham criado uma rúbrica própria para



as despesas do COVID que tinham dotado com um milhão e quinhentos mil euros para que pudessem
fazer face e reforçar no futuro, se necessário fosse.
O saldo de gerência que tinham integrado era de cerca de vinte e um milhões de euros, portanto a
liquidez da Câmara Municipal, o que era diferente da verba que a Câmara Municipal tinha disponível
para gastar
Quando das suas propagandas no Mercado Municipal, o BE costumava dizer que a Câmara
Municipal tinha vinte e um milhões de euros no Banco, e era verdadeiro, mas a Câmara Municipal
respeitava a Lei dos Compromissos porque apesar de já não estar obrigada, não tinham nada a esconder
e, portanto, continuavam a cumpri-la fazendo o apuramento dos fundos disponíveis que resultavam
num valor bem inferior. O que a Lei dos Fundos Disponíveis dizia era que pretendendo executar
empreitadas tinham que dispor primeiramente da verba necessária ficando esta cativa e mesmo que
demorasse dois anos, como era o caso do cinema, a verba estava cativada. Assim, na realidade a Câmara
Municipal apenas tinha treze milhões de euros para gastar. Pensava que deviam de pugnar por
esclarecer as pessoas e dizer realmente o que era, que a Câmara Municipal apenas dispunha de treze
milhões de euros, o que era algo diferente dos vinte e um milhões de euros.
Pretendia efetuar aquele esclarecimento porque considerava que era importante que as pessoas
fossem esclarecidas pois, embora pudessem pensar que se tratavam de questões burocráticas, tratava-
se de dinheiros públicos
Terminou dizendo que basicamente era aquela a questão do mapa de fluxos e a razão por que a
primeira alteração ao Orçamento e integração do Saldo de Gerência tinha sido elaborada daquela
forma
O Deputado Municipal Jorge Corvo disse que em primeiro lugar pretendiam saudar por finalmente
existir uma lei que permitia a integração do saldo de gerência, em devido tempo, como durante muito
tempo tinham reclamado, que todas as interpretações e o que estava plasmado na Lei pudessem ser
ultrapassadas sem dúvida alguma. Pretendia saudar por aquela razão porque iria acabar com uma série
de incongruências e limitações à utilização da verba que pertencia à própria Câmara Municipal e que
também compreendiam que tinha que ser utilizada embora a legislação tivesse as limitações que tinha.
Relativamente àquela alteração, considerava que acabava por ser o verdadeiro orçamento, sendo
que naquele verdadeiro orçamento o que tinham era mais três milhões, quatrocentos e cinquenta mil
euros de saldo de gerência do que o gerado no ano anterior uma vez que o saldo de gerência tinha tido
aquele crescimento.
O que defendiam naquele momento, e já o tinham feito quando tinham apreciado o Orçamento, era
que mesmo com os valores cativados, dos investimentos como a ponte e o cinema, ainda existia um
valor significativo para investimento e a possibilidade de recurso a crédito que era algo que não estavam







Considerava que era trabalho essencial que estavam a fazer relativamente ao qual se orgulhava de ter participado porque era importante que as pessoas soubessem que podiam contar com o Município e que o Município as podia ajudar, como era o caso das medidas que tinham falado em que tinham isentado o pagamentos de rendas e de taxas ao contrário de muitos municípios que apenas as tinham suspendido à semelhança das moratórias do crédito à habitação que não eram pagas no momento mas que teriam que ser liquidadas mais tarde através de planos prestacionais. Na Câmara de Tavira tal não iria acontecer porque não seriam pagas sendo que até à presente data já tinham perdido, dado à população, cerca de oitocentos mil euros conforme o levantamento que lhe tinha chegado naquele mesmo dia, com as medidas de tudo o que estavam a abdicar, as taxas e as rendas, sem contabilizar os apoios que também tinham dado, não só às famílias, mas também às IPSS que também estavam a passar por momentos difíceis. Em dois mil e nove, dois mil e dez, também tinham aguentado a crise, mas presentemente elas próprias estavam também com alguns problemas sendo que a Câmara Municipal estava ali para ajudar e considerava ser bom que as pessoas, as IPSS, soubessem que podiam contar com o Município, que eram responsáveis, que não baixavam impostos mas não estamos cheios de empréstimos que os levava depois a não terem liquidez para acudir no que quer que fosse. \_\_\_ O Deputado Municipal Artur Sanina dirigindo-se à Presidente da Câmara Municipal disse ter ouvido as suas palavras relativamente ao trabalho que o BE ia executando no sentido de informar a população, portanto, se reagia e dizia que deveriam de esclarecer melhor as pessoas, porque quando afirmavam que a Câmara Municipal tinha vinte e um milhões de euros, mas que, como tinha dito, eram apenas treze milhões de euros devido às cativações, o BE tinha consciência de que existiam intervenções a decorrer para as quais existiam valores cativados, pelo que apenas teria o restante valor para trabalhar, para fazer a gestão da Câmara Municipal, mas quando levantavam aquelas questões e estavam a falar com as pessoas as maiores preocupações demonstradas eram as já ali várias vezes faladas relativas à habitação, sendo que presentemente a Presidente da Câmara Municipal já tinha começado a dizer que ia apresentar ali um estudo, um regulamente, ou outro, que já tinha terrenos previstos para a construção. \_\_ Quando tinha sido colocado em discussão pública o Plano de Urbanização (PU) de Tavira o BE tinha participado expondo as razões porque não pretendiam uma cidade descaracterizada, mas com mais espaços verdes, uma situação controlada sobre o perímetro urbano, entre outras, que as preocupações que tinham não eram de informar que a Câmara Municipal tinha o valor "X" ou "Y" para investir, mas antes o bem-estar das pessoas. Disse que existiam duas ou três situações graves em Tavira que os preocupavam sendo a principal a habitação razão porque estavam constantemente a debatê-la e até tinham aprovado uma moção naquela Assembleia Municipal sobre o seu regulamento. \_\_\_\_\_\_



Quando procuravam informar as pessoas era no sentido do espaço que poderiam ter em Tavira e
dos volumes que poderiam existir, não estando a criticar ou condenar a gestão municipal até porque
consideravam que o trabalho realizado era válido, o que muitas vezes ali tinham elogiado, todavia
tinham aquelas preocupações, iam realizado o seu trabalho distribuindo panfletos, falando com as
pessoas, participando através da sugestão de medidas como tinha sido no caso da Covid-19 referindo
até os medicamentos, o apoio no pagamento da água, entre outras, sendo pois aquelas as preocupações
do BE
Considerava que poderia existir alguma situação ao nível da linguagem que poderia levar a alguma
interpretação que não estivesse correta mas se falavam era porque estavam a fazer alguma coisa.
Pretendiam mais diálogo com a Câmara Municipal, mais reuniões, porque se ouviam as instituições e
elas ouviam o BE, eles tinham algo a transmitir ao Executivo Municipal, participando assim também no
sistema democrático.
Concluiu dizendo que era por aquelas razões que estavam no terreno a realizar o seu trabalho sendo
que tinham três pequenos jornais com diversos artigos de determinadas áreas para informar as pessoas,
todavia não tinham tido qualquer problema em convidar outras forças para procederem à elaboração
de uma recomendação resultante de um trabalho conjunto sendo que aquela era, pelo menos, a sua
maneira de estar, pois estava na política por isso mesmo, dialogar, trocar ideias, trocar sugestões e
apresentá-las.
A Presidente da Câmara Municipal disse que também considerava que estava na política para a
A Presidente da Câmara Municipal disse que também considerava que estava na política para a verdade e por isso pensava que os panfletos do BE deveriam de dizer claramente que "os vinte e um
verdade e por isso pensava que os panfletos do BE deveriam de dizer claramente que "os vinte e um
verdade e por isso pensava que os panfletos do BE deveriam de dizer claramente que "os vinte e um milhões, vírgula, dos quais apenas treze milhões estão disponíveis para a Câmara poder investir"
verdade e por isso pensava que os panfletos do BE deveriam de dizer claramente que "os vinte e um milhões, vírgula, dos quais apenas treze milhões estão disponíveis para a Câmara poder investir" noutras coisas para além daquelas que já investia. Pensava que era a clareza da informação que estava
verdade e por isso pensava que os panfletos do BE deveriam de dizer claramente que "os vinte e um milhões, vírgula, dos quais apenas treze milhões estão disponíveis para a Câmara poder investir" noutras coisas para além daquelas que já investia. Pensava que era a clareza da informação que estava em causa, não estando a criticar o trabalho que realizavam, que era o trabalho político do BE que
verdade e por isso pensava que os panfletos do BE deveriam de dizer claramente que "os vinte e um milhões, vírgula, dos quais apenas treze milhões estão disponíveis para a Câmara poder investir" noutras coisas para além daquelas que já investia. Pensava que era a clareza da informação que estava em causa, não estando a criticar o trabalho que realizavam, que era o trabalho político do BE que entendia dever fazer, e que ela considerava que sim pois a democracia era aquilo mesmo. Já tinha dito
verdade e por isso pensava que os panfletos do BE deveriam de dizer claramente que "os vinte e um milhões, vírgula, dos quais apenas treze milhões estão disponíveis para a Câmara poder investir" noutras coisas para além daquelas que já investia. Pensava que era a clareza da informação que estava em causa, não estando a criticar o trabalho que realizavam, que era o trabalho político do BE que entendia dever fazer, e que ela considerava que sim pois a democracia era aquilo mesmo. Já tinha dito ao Deputado Municipal Artur Sanina que gostava da democracia, da participação pública, mas
verdade e por isso pensava que os panfletos do BE deveriam de dizer claramente que "os vinte e um milhões, vírgula, dos quais apenas treze milhões estão disponíveis para a Câmara poder investir" noutras coisas para além daquelas que já investia. Pensava que era a clareza da informação que estava em causa, não estando a criticar o trabalho que realizavam, que era o trabalho político do BE que entendia dever fazer, e que ela considerava que sim pois a democracia era aquilo mesmo. Já tinha dito ao Deputado Municipal Artur Sanina que gostava da democracia, da participação pública, mas sobretudo gostava da verdade e de se comprometer com ela. Se havia coisa que não gostava era ela
verdade e por isso pensava que os panfletos do BE deveriam de dizer claramente que "os vinte e um milhões, vírgula, dos quais apenas treze milhões estão disponíveis para a Câmara poder investir" noutras coisas para além daquelas que já investia. Pensava que era a clareza da informação que estava em causa, não estando a criticar o trabalho que realizavam, que era o trabalho político do BE que entendia dever fazer, e que ela considerava que sim pois a democracia era aquilo mesmo. Já tinha dito ao Deputado Municipal Artur Sanina que gostava da democracia, da participação pública, mas sobretudo gostava da verdade e de se comprometer com ela. Se havia coisa que não gostava era ela própria se vincular a algo e depois não conseguir cumprir, pois gostava de se vincular e cumprir e, por
verdade e por isso pensava que os panfletos do BE deveriam de dizer claramente que "os vinte e um milhões, vírgula, dos quais apenas treze milhões estão disponíveis para a Câmara poder investir" noutras coisas para além daquelas que já investia. Pensava que era a clareza da informação que estava em causa, não estando a criticar o trabalho que realizavam, que era o trabalho político do BE que entendia dever fazer, e que ela considerava que sim pois a democracia era aquilo mesmo. Já tinha dito ao Deputado Municipal Artur Sanina que gostava da democracia, da participação pública, mas sobretudo gostava da verdade e de se comprometer com ela. Se havia coisa que não gostava era ela própria se vincular a algo e depois não conseguir cumprir, pois gostava de se vincular e cumprir e, por vezes o BE fazia passar a mensagem que eram apenas eles que tinham determinadas preocupações, o
verdade e por isso pensava que os panfletos do BE deveriam de dizer claramente que "os vinte e um milhões, vírgula, dos quais apenas treze milhões estão disponíveis para a Câmara poder investir" noutras coisas para além daquelas que já investia. Pensava que era a clareza da informação que estava em causa, não estando a criticar o trabalho que realizavam, que era o trabalho político do BE que entendia dever fazer, e que ela considerava que sim pois a democracia era aquilo mesmo. Já tinha dito ao Deputado Municipal Artur Sanina que gostava da democracia, da participação pública, mas sobretudo gostava da verdade e de se comprometer com ela. Se havia coisa que não gostava era ela própria se vincular a algo e depois não conseguir cumprir, pois gostava de se vincular e cumprir e, por vezes o BE fazia passar a mensagem que eram apenas eles que tinham determinadas preocupações, o que não era verdadeiro pois além de todas as medidas que a Câmara Municipal tinha adotado também
verdade e por isso pensava que os panfletos do BE deveriam de dizer claramente que "os vinte e um milhões, vírgula, dos quais apenas treze milhões estão disponíveis para a Câmara poder investir" noutras coisas para além daquelas que já investia. Pensava que era a clareza da informação que estava em causa, não estando a criticar o trabalho que realizavam, que era o trabalho político do BE que entendia dever fazer, e que ela considerava que sim pois a democracia era aquilo mesmo. Já tinha dito ao Deputado Municipal Artur Sanina que gostava da democracia, da participação pública, mas sobretudo gostava da verdade e de se comprometer com ela. Se havia coisa que não gostava era ela própria se vincular a algo e depois não conseguir cumprir, pois gostava de se vincular e cumprir e, por vezes o BE fazia passar a mensagem que eram apenas eles que tinham determinadas preocupações, o que não era verdadeiro pois além de todas as medidas que a Câmara Municipal tinha adotado também tinha desenvolvido um programa de distribuição de senhas alimentares, de distribuição de refeições
verdade e por isso pensava que os panfletos do BE deveriam de dizer claramente que "os vinte e um milhões, vírgula, dos quais apenas treze milhões estão disponíveis para a Câmara poder investir" noutras coisas para além daquelas que já investia. Pensava que era a clareza da informação que estava em causa, não estando a criticar o trabalho que realizavam, que era o trabalho político do BE que entendia dever fazer, e que ela considerava que sim pois a democracia era aquilo mesmo. Já tinha dito ao Deputado Municipal Artur Sanina que gostava da democracia, da participação pública, mas sobretudo gostava da verdade e de se comprometer com ela. Se havia coisa que não gostava era ela própria se vincular a algo e depois não conseguir cumprir, pois gostava de se vincular e cumprir e, por vezes o BE fazia passar a mensagem que eram apenas eles que tinham determinadas preocupações, o que não era verdadeiro pois além de todas as medidas que a Câmara Municipal tinha adotado também tinha desenvolvido um programa de distribuição de senhas alimentares, de distribuição de refeições quentes, de apoio aos medicamentos, de protocolos para pequenas despesas como água, luz, gás e até



municipio
tavira
problemas expostos nos trinta ou quarenta atendimentos realizados na Divisão de Ação Social não lhe
eram transmitidos
Considerava que tinham que ter uma leitura do contexto em que estavam e dos problemas do
concelho sendo que se esforçava para estar atualizada e, portanto, também não gostava quando o BE
queria parecer que eram os únicos a falar e a conhecer as preocupações da cidade. Todos conheciam, os
outros partidos também conheciam e também debatiam aqueles assuntos nas reuniões de câmara, ou
com a CDU se assim o entendessem, pois estavam ali para tal, para falarem todos o que obviamente
acontecia no momento em que tinham em discussão pública mais um regulamento, o arrendamento
apoiado, refletindo que também tinham preocupações com a habitação, que também conheciam o
terreno no qual trabalhavam diariamente e para o que tinham sido eleitos.
O Deputado Municipal Jorge Corvo disse que reconheciam e sempre tinham sido responsáveis
quanto à necessidade do equilíbrio das contas pelo que todas as propostas que tinham apresentado ao
longo dos anos tinham sido cautelosas e com valores de ajustamento de IRS e de IMI de acordo com as
necessidades de orçamento do Município. Todavia, chegados a uma situação de equilíbrio, existindo
uma parte dos impostos que deviam de ser ajustados ao investimento da Autarquia, considerava que o
problema era que não era justo que as pessoas continuassem a pagar quando o investimento não estava
ainda realizado. Referindo-se à da diferença dos três milhões de euros, que um orçamento quando já
estava equilibrado deveria tender a zero, considerava que tendo três milhões e quinhentos mil euros a
mais, não tinham folga, mas tinham algo que se refletisse nos impostos
Outra das situações era que em Tavira os munícipes eram duplamente penalizados e, citando como
exemplo o IMI, para além da taxa do IMI decretada pela Município, o zonamento das finanças para a
zona do concelho também tinha índices muito superiores a outras zonas. Portanto quando falavam do
preço da água ou do IMI estavam a defender o que consideram ser justo para os tavirenses até em
comparação com o resto do país e com outros algarvios.
Todos reconheciam que as contas estavam equilibradas porque há uns anos não tinha havido
investimento, porque a Lei não o permitia, porque estruturalmente não tinha sido possível, porque não
tinha estado no planeamento, ou por outra razão qualquer, todavia uma vez chegados ao ponto de
equilíbrio, considerava que havia que aliviar pois quando existia investimento ali estariam para dizer que
deveriam de aumentar o IMI para valores superiores visto existirem necessidades de tesouraria, mas
não era aquela a situação
Em anexo à presente ata encontra-se a declaração de voto como documento número quatro
O Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta número 114/2020/CM - Mapa de Fluxos
de Caixa e 1ª. alteração modificativa ao Orçamento de 2020 a votação que foi aprovada por maioria
com dezanove votos a favor dos deputados municipais Ana Cristina Palmeira, Ângelo Pereira, Carla



Martins, Carlos Sousa, Elsa Martins, Fernando Rodrigues, José Epifânio Graça, José Liberto Graça, José Mateus Costa, José Otílio Baia, Maria João Anjos, Maria José Mestre, Maria Manuela Romão, Maria Otília Cardeira, Narciso Barradas, Nuno Diogo, Sílvia Soares, Virgílio Horta e Vitor Palmeira, seis votos contra dos deputados municipais Ana Margarida Baioa, Hugo Gomes, Ilídio Martins, Jorge Corvo, Muriel Dias, Silvino Oliveira e duas abstenções dos deputados municipais Artur Sanina e Pedro Soares. \_\_ O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número nove sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 121/2020/CM - Plano de Urbanização de Tavira -Aprovação. \_\_\_\_\_ \_\_ A Presidente da Câmara Municipal disse que o PU de Tavira tinha uma história longa. Tinha-se iniciado no ano de dois mil e cinco, tinha tido uma alteração de nome para o que no ano de dois mil e quinze tinha inclusivamente havido uma Conferência de Serviços cuja proposta submetida tinha necessitado de alguns ajustes como estava descrito e, finalmente, no passado dia onze de fevereiro e depois de continuarem a trabalhar naquele processo do PU de Tavira e após uma nova Conferência de Serviços, com o parecer de todas as entidades, à exceção da IP com quem depois tinham realizado uma reunião de forma a harmonizar o plano porque era importante terem os pareceres positivos de todas as entidades, tinham chegado à versão final do plano que tinha sido aprovado pela Câmara Municipal e publicitado a partir do dia um de março para a discussão pública. \_\_ Relativamente àquele processo também tinha havido por parte de algumas pessoas a insinuação de que poderiam estar a fazer uma discussão pública na altura da pandemia, o que, obviamente, não tinha sido calculado nem previsto, no entanto tinham tentado ao máximo possível que a informação estivesse sempre disponibilizada no site do Município e tinham realizado uma pequena apresentação resumida do plano.\_\_\_ \_\_\_ Pensava que a aprovação daquele plano era importante, que era um instrumento de gestão territorial importante, e sobretudo todos os mapas, as zonas, as certidões, seriam importantes para o trabalho dos técnicos porque permitia uma consulta mais facilitada mesmo em determinada parte, se existiam dois ou três pisos, se era uma área mais turística ou mais de habitação, portanto toda a informação seria de muito mais simples consulta, mais atualizada, o que facilitaria bastante o trabalho técnico. \_\_ Tinham realizado uma sessão de esclarecimento para os vereadores e uma para os deputados municipais que, infelizmente, não tinha tido muita participação sendo que o BE não estinha estado presente. O BE realmente tinha colocado algumas questões, algumas relacionadas com o PU, mas referia que aquele plano era apenas para a malha urbana da cidade e que muito possivelmente poderia vir a sofrer alterações quando tivessem o Plano Diretor Municipal (PDM).



O processo tinha sido acompanhado nos últimos anos pelo Vereador João Pedro Rodrigues que, por
força da sua situação de saúde, na fase final não tinha conseguido estar presente, tendo sido ela a
acompanhar, todavia obviamente que lhe podia passar a palavra caso o Vereador pretendesse
acrescentar algo
O que pretendia ainda dizer era que tinham feito tudo para que as pessoas estivessem o mais
habilitadas possível a votar aquele plano, naquele mesmo dia, dando-lhes toda a informação que tinham
considerado que precisariam para estarem esclarecidos
O Vereador João Pedro Rodrigues disse que realmente aquele tinha sido um processo longo, de
quinze anos, com muitas peripécias, tendo sido retomado mais ou menos no ano de dois mil e catorze.
Na Conferência de Serviços tinham tido o parecer desfavorável de uma série de entidades, situações
que já vinham detrás e resultantes da alterações da legislação, naquela altura, com a nova Lei de Bases
Gerais da Política Publica de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo o que os tinham
forçado a repensar se seria de incorporar e em que moldes, se tinham que avançar com o plano que
consideravam ser realmente necessário porque o que estava em vigor estava totalmente desadequado
aos dias atuais, tendo a decisão sido a de avançar com o plano e elaborá-lo maioritariamente com
técnicos do Município pois consideravam que a Câmara Municipal tinha capacidade para tal. Assim,
tinham rescindido o contrato com a empresa que estava contratada para o elaborar até porque eles
também tinham tido um conjunto de problemas com os funcionários na altura da crise. Tinham
elaborado nova cartografia que tinha tido que ser homologada pela Direção Geral do Território e
finalmente, e dizia finalmente porque há muito que anda a dizer que estava quase, e presentemente
estava mesmo quase, tinham chegado àquele último passo que era a aprovação por parte da
Assembleia Municipal seguindo-se a publicação em Diário da República que pensava poderia ocorrer nas
duas, três semanas seguintes, para entrar em vigor
Aquela era também uma grande ambição de muitos investidores, muitos promotores e muitos
técnicos de Tavira que pretendiam desenvolver algumas operações urbanísticas que o Plano Geral de
Urbanização em vigor não permitia e que o novo iria permitir apesar de não aumentar muito, mas era
um pouco mais generoso nalguns índices de construção, de utilização do solo, nada de muito relevante
que fosse descaracterizar o território e tendo um enfoque muito grande também na proteção do
património, na questão arqueológica, na questão dos imóveis a preservar. Eram cerca de setecentas
fichas de imóveis identificados que possuíam algum elemento a preservar e, portanto, tinha sido
também um trabalho longo, feito com muito rigor, pelos colaboradores do Município e também tinham
decidido melhorar significativamente a plataforma de informação geográfica que era a plataforma dos
mapas que estava disponível através da plataforma do Sistema de Informação Geográfica (SIG) até
internamente para os técnicos do Município, sendo que aquela plataforma tinha sido completamente



remodelada passando a permitir obter muito mais informação, melhor informação, sobre o que era possível fazer em cada uma das localizações, e do que não era possível também, ou seja, quais eram as restrições que poderiam existir em cada uma das localizações. Para além da informação do mapa e do fundamento, tinha também a informação de quais eram os artigos do regulamento que se aplicavam na situação específica, pelo que considerava que estava muito completa. Tinham criado também uma outra opção que permitiria facilitar a instrução dos processos de urbanismo sendo que apenas com um clique permitiria ao técnico gerar toda uma panóplia de mapas, cartas, plantas de localização e plantas de detalhe que eram necessárias tanto para o processo como para a sua instrução nos processos de obra no Município. Disse que o resultado final os satisfazia bastante, que pensava que iriam ter um bom plano, com boa informação, rigorosa e acessível a todos, sendo que como palavra final pretendia agradecer bastante a todos os colaboradores do Município que de alguma forma tinham colaborado na sua elaboração, com especial incidência para a Divisão de Planeamento, Turismo, Inovação e Empreendorismo (DPTIE), Ana Gago, Tânia Oliveira e Isabel Domingos, ao Nuno Ferreira e também para a Divisão de Sistemas de Informação e Cartografia (DSIC) que tinha desenvolvido o novo aplicativo, Stelmo Barbosa e toda a sua equipa. Terminou dizendo que tinham efetuado a apresentação do plano com um pouco mais detalhe na segunda-feira anterior e que se disponibilizava para alguma questão que pudesse existir. \_\_ O Deputado Municipal Jorge Corvo referiu que aquele era um documento essencial à vida do Município. Já tinham vivido tempos em que a informática não permitiria que linhas traçadas a marcador, que não se sabia bem onde passavam e que diferiam de outras, não acontecessem, portanto parabenizava também a todos os técnicos que o Vereador João Pedro Rodrigues tinha enumerado pelo trabalho realizado na conceção do documento, esperando que com aquele documento o PDM pudesse ser concluído mais rapidamente e que viesse a consolidar aquele plano e todos os futuros documentos, para que, quando se pretendesse saber, ou alguém quisesse construir, pudesse saber o que e podia ou não fazer e onde, não levando os processos muito tempo e que os critérios de decisão fossem perfeitamente claros e entendíveis para qualquer munícipe e qualquer técnico. \_\_\_ O Deputado Municipal José Graça disse que relativamente àquele documento que lhes era colocado à consideração, não se delongando sobre o historial do processo ou sobre a parte técnica da sua elaboração, queria falar da ambição política que revelava na continuidade do trabalho que tinha vindo a ser realizado ao longo dos últimos anos no planeamento urbano em Tavira. \_\_ Recordavam-se que já tinha passado nos últimos anos, pela Assembleia Municipal de Tavira, pelo menos duas vezes, a Área de Reabilitação Urbana (ARU) da cidade e que tão bons resultados tinha vindo a dar ao longo dos anos, pelo que esperavam que aquela proposta urbanística e a estratégia de



desenvolvimento que estava subjacente ao PU de Tavira também viesse coroar aqueles esforços e o seu contínuo, como tinha acabado de dizer o líder da bancada do PSD, teria que desaguar necessariamente no PDM alargando para além dos limites da cidade toda aquela ambição de transformar Tavira num centro urbano de primeira categoria, no contexto quer municipal, quer regional, mas também de alguma forma consagrar os valores patrimoniais que Tavira incluía. \_\_\_ Conforme o Vereador João Pedro Rodrigues tinha dito, tinha sido elaborado um trabalho profundo em Tavira sobre o Centro Histórico, sobre o centro antigo, mas também existia um conjunto de intenções que estavam relacionadas com a dinamização do Centro Histórico complementando o trabalho a nível urbanístico que tinha sido elaborado pela ARU sendo que exista um conjunto de equipamentos que eram apontados como prioritários para manter porque o importante não era apenas inaugurar sendo também importante manter muitos dos equipamentos existentes na área da saúde, educação, desporto, cultura, museu vivo que Tavira, pelo que aquele documento pretendia ser uma peça importantíssima no desenvolvimento da cidade.\_\_\_ \_\_ Não queria deixar de sublinhar o facto daquele trabalho ter sido elaborado pelos técnicos do Município pelo que pretendia parabenizar na pessoa de Ana Gago e Stelmo Barbosa, e também pessoalizar o trabalho de Nuno Ferreira que também tinha sido muito importante, toda a equipa que ao longo dos últimos anos tinha vindo a desenvolve-lo, muitas vezes contra alterações legislativas a meio, que também justificavam a demora, mas sobretudo tinham consubstanciado a vontade do Executivo Municipal naquele documento que esperavam que dentro de dias pudesse ser público e contribuir para que a cidade, mas também todo o seu entorno, nomeadamente a Ria Formosa e os espaços mais próximos, pudessem ser vividos de outra forma sendo encarados como espaços de investimento para quem quisesse apostar em Tavira como cidade de futuro. \_\_ Não podia deixar de sublinhar o fator inicial naquele plano por considerar que era importante. Acima de tudo aquele plano tinha uma preocupação fundamental que era o princípio da sustentabilidade. Presentemente nenhuma cidade podia olhar o seu futuro sem ter em consideração a sustentabilidade na sua globalidade, nas suas várias áreas de implementação. Recordava-se do assunto porque o tinha abordado na Cerimónia do 25 de Abril do ano anterior, exatamente da necessidade de garantirem a sustentabilidade do desenvolvimento das comunidades locais, sendo que aquele princípio da sustentabilidade estava assente no PU de Tavira e também esperava que viesse a estar assente no PDM que dentro de pouco tempo, confiava ele, viessem a discutir e, apelando mais uma vez, a exemplo do que tinha acontecido com o PU de Tavira, que também houvesse uma grande participação da população na elaboração do PDM. \_\_\_\_\_ \_\_ Reiterou os parabéns à equipa que tinha consolidado e consagrado o PU mas também ao Executivo Municipal por ter naquele momento acabado de consolidar mais uma proposta que constava no



Programa Eleitoral que o PS tinha apresentado nos anos de dois mil e nove, dois mil e treze e dois mil e dezassete, naquele domínio. O Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta número 121/2020/CM - Plano de Urbanização de Tavira - Aprovação a votação que foi aprovada por maioria com vinte e seis votos a favor dos deputados municipais Ana Cristina Palmeira, Ana Margarida Baioa, Ângelo Pereira, Carla Martins, Carlos Sousa, Elsa Martins, Fernando Rodrigues, Hugo Gomes, Ilídio Martins, Jorge Corvo, José Epifânio Graça, José Liberto Graça, José Mateus Costa, José Otílio Baia, Maria João Anjos, Maria José Mestre, Maria Manuela Romão, Maria Otília Cardeira, Muriel Dias, Narciso Barradas, Nuno Diogo, Pedro Soares, Sílvia Soares, Silvino Oliveira, Virgílio Horta e Vitor Palmeira e uma abstenção do Deputado Municipal Artur Sanina. O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número dez sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 135/2020/CM - Contrato programa entre o Município de Tavira e a Associação para o Desenvolvimento Integrado da Baixa de Tavira - UAC de Tavira. \_\_\_ \_\_ A Presidente da Câmara Municipal disse que já ali tinham apresentado a alteração dos estatutos e que naquela altura tinha explicado o que pretendiam sendo que a alteração dos estatutos tinha sido efetuada para permitir que a Câmara Municipal tivesse uma posição dominante que consistia na indicação da direção e que pudesse ser celebrado um contrato programa para dinamizar o comércio local com uma área de intervenção mais alargada conforme também tinha sido alterado nos estatutos.\_ \_\_\_ Basicamente aquele era o contrato que pretendiam celebrar para o corrente ano, também atendendo à situação atual, sendo que inicialmente tinha pensado em celebrar um contrato programa para três anos, à semelhança do que também já faziam com a TaviraVerde, mas face à situação atual tinham resolvido fazê-los nos termos em que estava sendo que, no futuro, se assim o entendessem, obviamente que poderiam dar-lhe uma finalidade diferente e mais reforçada para poderem, juntamente com a Associação para o Desenvolvimento Integrado da Baixa de Tavira - UAC Tavira adotar também medidas de apoio ao comércio local que também estava a necessitar face à situação. \_\_\_ \_\_\_ Terminou dizendo que se tratava de um apoio com base no plano de atividades para a promoção de algumas atividades de modo a divulgar também o comércio. \_\_\_\_\_ \_\_ O Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta número 135/2020/CM - Contrato programa entre o Município de Tavira e a Associação para o Desenvolvimento Integrado da Baixa de Tavira - UAC de Tavira a votação que foi aprovada por unanimidade. \_\_\_\_\_\_\_ O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número onze, que seria o último mas não era porque tinham um aditamento, sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 159/2020/CM - Prestação de Contas | 2019.\_\_\_\_\_ \_\_\_ A Presidente da Câmara Municipal disse que iria referir-se às conclusões do documento. \_\_\_\_\_\_



Basicamente a situação financeira do Município mantinha-se estável, tendo no ano em apreço uma
execução da receita ligeiramente menor que nos anos anteriores.
Passava a ler as conclusões do documento que era técnico:
"O Município de Tavira tem um grau de autonomia financeira de setenta e dois, vírgula, vinte e
quatro por cento (72,24%)" o que era bastante bom e cumpria o "Princípio do equilíbrio" o que queria
dizer que tinha havido poupança corrente para que pudessem investir na parte de capital, no ano em
apreço, o montante de seis milhões, seiscentos e trinta e oito mil, novecentos e trinta e oito euro
(€6.638.938,00)
"O Município de Tavira encontra-se devidamente equilibrado"
Também como já tinha dito a execução da receita tinha sido um pouco menor, pois pensava que no
ano anterior tinha sido de cento e um por cento (101%) e naquele tinham ficado pelos noventa e cinco,
vírgula, cinquenta e sete por cento (95,57%). A execução da despesa tinha sido de cinquenta e quatro,
vírgula, quarenta e cinco por cento (54,45%).
Tinham tido um aumento da receita em termos globais mas estava relacionada com as receitas de
capital
A despesa realizada tinha aumentado seis, vírgula, oitenta e nove por cento (6,89%) representando
um milhão, oitocentos e sete mil e quatrocentos e cinquenta e cinco euros (€1.807.455,00), as despesas
com pessoal também tinham aumentado, quatrocentos e trinta e cinco mil, trezentos e dezassete euros
(€435.317,00) por força das valorizações remuneratórias e também da entrada de alguns funcionários
O saldo da gerência no ano de dois mil e vinte tinha sido de vinte e um milhões, duzentos e
cinquenta e cinco mil e quinhentos e cinquenta e nove euros (€21.255.559,00).
Como já tinha explicado por diversas vezes, o resultado líquido estava relacionado com as
amortizações porque há uns anos atrás, dois mil e dez, dois mil e onze, tinham procedido à avaliação
dos bens do domínio público e, portanto, todos os anos tinham um valor muito grande de amortizações
o que fazia com que o resultado líquido fosse negativo em termos económicos e de demonstração de
resultados
Tinham, uma vez mais, tido uma redução da dívida em cerca de um milhão e cem mil euros, e
presentemente a divida de longo prazo era de cerca sete milhões e quinhentos mil euros. Tinham
cumprido o limite do endividamento da dívida que era ao que o Deputado Municipal Jorge Corvo se
tinha referido, o que queria dizer que se pretendessem podiam recorrer à Banca e endividar o Município
em mais cerca de seis milhões e sete mil euros
Concluiu dizendo que pensava que a situação era equilibrada, que ao contrário de anteriormente
não iria falar da integração do Saldo de Gerência, tema que já tinham falado, e portanto aqueles eram
os dados financeiros e económicos do Municínio que pensava serem os mais relevantes.



O Deputado Municipal Fernando Rodrigues passou à leitura do seguinte documento:
"Após análise ao documento disponibilizado pelo Município relativo às contas de 2019, apraz-nos
verificar que se pauta pela transparência, por uma explicação bastante exaustiva e que não oferece
grandes dúvidas
Registamos com agrado também a contratação de mais assistentes operacionais que veem colmata
uma série de lacunas a alguns níveis
Destaca-se ainda a continuidade da redução da dívida do Município em cerca de 1,1 milhões de
euros para cerca de 7,5 milhões de euros os quais também são essencialmente dívida de médio e longo
prazo, dado que continua a ser realizados pagamentos abaixo dos 30 dias. A consolidação nalguns
apoios nomeadamente no apoio às famílias e promoção de eventos culturais, sublinha-se o avultado
investimento que o Município continua a realizar no concelho, em obras não apenas de conservação mas
também de grande volume como são os casos do CineTeatro, da Ponte do Rio Gilão, que nos trarão
certamente um maior desenvolvimento à cidade nos quais recaem muitas das expetativas dos
tavirenses.
Prova disso são os números que nos são apresentados no relatório e contas 2019 onde são
enumeradas e destacadas algumas das empreitadas, com algum relevo financeiro, que estavam em
curso e outras que foram entretanto concluídas num total superior a 13 milhões de euros, quase 14, e
um valor de investimento muito significativo em obras espalhadas por todo o concelho
São apresentados resultados muito regulares no que toca à autonomia financeira, nos últimos 5
anos, mantendo-se as receitas próprias perto dos 75 % o que permite ao Município uma independência
financeira de capitais alheios o que acaba por ser muito positivo porque permitirá financiamentos
futuros caso se verifiquem necessários
O equilíbrio orçamental está perfeitamente explanado no relatório, verificando-se ainda que as
receitas correntes chegam e sobram para fazer face não só às despesas correntes, como também às
amortizações de empréstimos estamos em crer que a poupança de mais de 6 milhões gerada pelo
diferencial do equilíbrio financeiro irá também permitir ao Executivo pensar em novos investimentos ou
para fazer face a novos desafios que nos são apresentados atualmente pela situação desfavorável que
nos afeta a todos.
Quanto à análise da receita verificámos que existem não só inflacionadas rúbricas de investimento
por parte de possíveis alienações como muitas vezes no passado havia essa tentação.
Em 2019 já se verificou um ligeiro abrandamento nas taxas cobradas por via do IMT justificado não
só pelo arrefecimento da economia mas principalmente pela ausência de oferta de imóveis no mercado
É uma situação que merecia uma reflexão muito séria dado que o executivo está a trabalhar no PDM



aliás estivemos a discutir isso hoje, e fazendo com que viessem a aparecer novos investimentos
mobiliários no concelho
Já o IMI refletiu a diminuição da taxa cobrada aos munícipes de 0,375 para 0,37 em 2019, representa
mais de meio milhão de euros devolvidos aos contribuintes
Constata-se ainda com agrado a diminuição do passivo em mais de 1 milhão de euros face a 2018
mantendo-se um rigor nas contas de forma a não comprometer o futuro
Esperemos que esta fase do COVID-19 passe o mais rapidamente possível para que a normalidade
seja restabelecida, para que não hajam mais pessoas contaminadas e vítimas mortais e também de
forma a não comprometer ainda mais a economia em geral e o desenvolvimento do nosso concelho
Um bem-haja para todos, Executivo e técnicos trabalhadores do Município que trabalham
diariamente para manter o equilíbrio das contas
Concluímos afirmando que após a análise da documentação verificamos que o Município apresenta
uma situação financeira perfeitamente estável e equilibrada
O Deputado Municipal Jorge Corvo referiu que, primeiramente, e em jeito de preâmbulo, pretendia
dizer que tinha recebido da parte dos vereadores do PSD indicação da boa colaboração e entendimento
relativamente a um conjunto de matérias com o Executivo e com a Presidente da Câmara Municipal, o
que era de salutar
Também, tinham ficado bastante agradados com algumas palavras relativamente à retoma de
alguns projetos estruturais para Tavira que lhes pareciam fundamentais ao desenvolvimento do
concelho e que de certa forma tinham estado esquecidos, parados, durante largos anos, no entanto
estavam a avaliar um documento que era relativo à prestação de contas do ano de dois mil e dezanove,
que era por base um documento técnico, que entendiam bem elaborado, e que não tinham quaisquer
reservas relativamente aos seus aspetos técnicos. Porém, já tinha referido relativamente ao orçamento,
em termos de execução política, merecia-lhes todas as reservas que já anteriormente tinham
mencionado e que também estavam ali espelhadas, desde logo o grande desequilíbrio entre a execução
da receita e da despesa, noventa e cinco, vírgula cinquenta e sete por cento (95,57%) por um lado, e
cinquenta e quatro, vírgula, quarenta e cinco por cento (54,45%) por outro, o que confirmava a falta de
investimento do Executivo ou até mais a não execução do investimento previsto, denotando-se algumas
ausências de decisões que seriam fundamentais para consolidar aquele próprio relatório e para lhes dar
o conforto de votar a favor
o conforto de votar a favor



Concluiu dizendo que pelo que já tinham dito anteriormente quanto ao orçamento e pelos motivos
que tinha expressado iriam votar contra aquela proposta e apresentariam aquela declaração como
declaração de voto
A declaração de voto encontra-se anexada à presente ata como documento número cinco
O Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta número 159/2020/CM - Prestação de
Contas   2019 a votação que foi aprovada por maioria com dezanove votos a favor dos deputados
municipais Ana Cristina Palmeira, Ângelo Pereira, Carla Martins, Carlos Sousa, Elsa Martins, Fernando
Rodrigues, José Epifânio Graça, José Liberto Graça, José Mateus Costa, José Otílio Baia, Maria João
Anjos, Maria José Mestre, Maria Manuela Romão, Maria Otília Cardeira, Narciso Barradas, Nuno
Diogo, Sílvia Soares, Virgílio Horta e Vitor Palmeira, cinco votos contra dos deputados municipais Ana
Margarida Baioa, Hugo Gomes, Jorge Corvo, Muriel Dias, Silvino Oliveira e três abstenções dos
deputados municipais Artur Sanina, Ilídio Martins e Pedro Soares
O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número doze, ponto aditado, sobre a
apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 192/2020/CM - Adenda ao contrato
interadministrativo celebrado com a Freguesia de Santa Luzia
A Presidente da Câmara Municipal disse que por altura do contrato interadministrativo entre o
Município e a Freguesia de Santa Luzia, esta tinha ficado com a manutenção e conservação da habitação
social cujo valor estipulado, que tinha sido acordado, tinha sido de vinte mil euros que era equivalente
ao valor das rendas recebidas
Ao longo daquele tempo, mas sobretudo já com a Presidente da Junta de Freguesia, Carla Martins,
tinha vindo a referir que manifestamente os vinte mil euros não eram suficientes para fazer face à
despesa com a habitação social e para o compromisso que a Freguesia de Santa Luzia tinha assumido
Era verdadeiro que a Câmara Municipal tinha recebido também algumas reclamações, pedidos dos
munícipes, uma vez que a Junta de Freguesia não tinha capacidade para o fazer, pelo que tinha sido
realizado pelos técnicos da DPEOM um trabalho de avaliação dos pedidos que a Junta de Freguesia e
que a Câmara Municipal tinham conhecimento para que fossem adequada a situação dos imóveis, pois
sabiam que o Bairro Social de Santa Luzia já tinha alguns anos e quanto mais antigas fossem as
habitações maiores necessidades de manutenção tinham e também pelo que tinha acontecido nos
últimos tempos com o aumento dos preços dos materiais e tudo o que se relacionava com a construção.
Tinham apurado um valor de aproximadamente setenta e cinco mil euros acrescido de Imposto de
Valor Acrescentado (IVA) que seria de noventa e dois mil euros para o qual tinham elaborado um
contrato a acrescer aquele valor que seria pago em dois anos, dois mil e vinte e dois mil e vinte e um,
porque iria ter que haver nova negociação para as delegações de competências conjuntas e, por



conseguinte, novos contratos interadministrativos de execução cujas situações poderiam ser atualizadas \_\_ Terminou dizendo que aquele contrato seria para dar uma resposta imediata para que a habitação social não ficasse ainda mais degradada em Santa Luzia permitindo assim que a Junta de Freguesia conseguisse cumprir também aquele compromisso que tinha assumido com a Câmara Municipal, que reconhecia, que não seria com vinte mil euros que a Junta de Freguesia conseguiria fazer face a todas aquelas necessidades, sendo pois a proposta que colocavam à consideração da Assembleia Municipal. \_\_\_ A Deputada Municipal Carla Martins, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Luzia, disse que era com muito agrado que via finalmente aquela proposta ser apresentada na Assembleia Municipal porque efetivamente tinham vindo a ser procurados pelos munícipes de Santa Luzia no sentido de que as habitações sociais estavam com grande carência de obras de conservação, que não havia manutenção, que as casas estavam cada vez mais degradadas e com a atualização das rendas as pessoas faziam grande pressão por considerarem que se as rendas tinham sido atualizadas também teria que ser dada resposta às suas necessidades. Assim, tinham solicitado à Câmara Municipal para que revisse os preços porque, como a Presidente da Câmara Municipal já tinha frisado, o valor já vinha do contrato interadministrativo do ano de dois mil e treze e desde aquela data quer o preço da mão-de-obra, quer dos materiais, tinha aumentado.\_\_\_ \_\_ Como todos sabiam antes da pandemia e apesar da economia estar em baixo, o nível da construção tinha-se vindo a manter, pelo menos era o que ia conseguindo verificar até porque trabalhava na área e constatava que não tinha havido um decréscimo na construção e os preços eram elevados. \_\_\_ No âmbito do contrato com a Câmara Municipal tinham vinte mil euros para tratar de cerca de trinta e duas habitações pelo que não conseguiam dar resposta aos pedidos que iam sendo efetuados até porque também sendo uma freguesia pequena, como todos sabiam, o seu orçamento era reduzido, não podendo retirar de outras rúbricas para fazer face àquelas despesas, razão porque tinham reencaminhado todos os pedidos para que os técnicos da Câmara Municipal pudessem analisar, avaliar todas as necessidades, também com os pedidos que iam sendo efetuados diretamente à Câmara Municipal, de modo a chegarem àquele acordo. \_\_ Terminou dizendo que pretendia agradecer por a apresentação daquela proposta que esperava fosse aprovada. \_\_\_\_ O Presidente da Assembleia Municipal colocou a votação a proposta número 192/2020/CM -Adenda ao contrato interadministrativo celebrado com a Freguesia de Santa Luzia que foi aprovada por unanimidade. \_\_\_\_\_ O Presidente da Assembleia Municipal disse que pretendia agradecer a todos a paciência para estarem ali quatro horas, agradecer também ao público que eventualmente ainda os estaria a

tavira

A MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

uma hora e trinta e cinco minutos, da qual, se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada vai

ser assinada.

José Otílio Pires Baia

Sílvia Alexandra Sanches Soares

Maria José Dias Palma Simão Mestre





TaVI	ra (my

Nomes	Formação partidaria	Presenças
Ana Cristina dos Santos Palmeira	PS	
Ana Margarida Franco de Mendonça Viegas e Silva Baioa	PSD	
Artur António Guerreiro Sanina	BE	
Carla Patrícia Maié Martins	PS	
Carlos Manuel Viegas de Sousa	PS	
Fernando Manuel Soares Germano Rodrigues	PS	
Ílidio Manuel de Sousa Martins	NÓS	
Jorge Humberto Martins Corvo	PSD	
José Epifânio Martins da Graça	PS	
José Liberto da Conceição Graça	PS	
José Otilio Pires Baia	PS	
Maria João Teixeira Dias dos Anjos	PS	
Maria José Dias Palma Simão Mestre	PS	
Maria Manuela Gonçalves Romão	PS	
Maria Otilia Martins Cardeira	PS	
Muriel Cristina Dias	PSD	
Marciso dos Reis Martins Barradas	PS	
Pedro Miguel Entrudo Soares	CDU	
Silvia Alexandra Sanches Soares	PS	
Vírgilio António Horta	PS	
Vitor Manuel do Nascimento Palmeira	PS	







### Grupo da ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAVIRA

### SAUDAÇÃO AO DIA DO MUNICÍPIO DE TAVIRA

Comemoramos no próximo dia 24 de junho o Dia do Município de Tavira.

Este ano não nos reunimos na Biblioteca Municipal de Tavira nem tampouco no Salão Nobre dos Paços do Concelho. Este ano vai ser diferente de todos os outros!

Recordo desde sempre com alegria as Comemorações do Dia de São João e do Dia do Município, desde os arraiais, as decorações coloridas e trabalhosas das suas ruas, o cheiro a alecrim queimado e a sardinhas assadas, os risos e música que se ouviam por toda a Cidade, a encenação da Moura Encantada que todos os anos volta ao Castelo, o Hino da Cidade e o hastear festivo da Bandeiras, o branco e o negro sobre o fundo azul do céu que por ordem divina teima sempre a ser limpo e soalheiro.

Este ano como não podia deixar de ser, esperávamos com ansiedade por esse dia, até mais do que é normal pois estamos a celebrar os 500 anos que Tavira da elevação à categoria de Cidade por ordem de D. Manuel I.

Mas, mas não vai ter a multidão às portas do Castelo para rever a Moura Encantada, não vai haver na rua os risos, a música popular, nem os bailes, nem as filas para cumprir a tradição de comer umas sardinhas assadas no pão, nem os bazares e o desenrolar de papelinhos nem os abraços e cumprimentos a amigos que há muito não víamos e que sempre regressam á Cidade para comemorar o São João!

Este ano o distanciamento social e as regras de segurança sanitária imperam

A comemoração desta data tem, para todos nós membros desta Assembleia, um significado muito profundo pois aproxima o nosso trabalho e a nossa ação política aos munícipes que nos inspiram na tarefa inacabada e gratificante que desenvolvemos em prol de todos.

No dia 16 de março, comemorámos os 500 anos sobre a decisão de D. Manuel I de elevar Tavira a Cidade, um reconhecimento de extrema importância para Tavira, considerada a



## PARTIDO SOCIALISTA - Secção Concelhia de Tavira



principal das urbes do Reino do Algarve, o que reflete a sua importância no contexto nacional, em particular nos séculos XV e XVI, período da expansão portuguesa, das descobertas de novos continentes, das grandes viagens marítimas e do comércio pelo mundo. Naquela altura Tavira era um centro estratégico e operacional de elevada importância!

#### Caras e caros Tavirenses

Queremos, comemorar e homenagear através desta saudação a nossa cidade os seus naturais, os seus residentes e a nossa identidade.

É pelo orgulho que temos por este concelho, e por esta terra onde vivemos, que trabalhamos.

Porque dia 24 será o Dia do Município e porque tradicionalmente aproveitamos esta data para homenagear instituições e personalidades que se distinguem neste concelho, agradecemos e aos Tavirenses, às famílias que aqui vivem e às instituições e empresas que aqui estão sedeadas e que dão o seu melhor em prol da nossa cidade e da sua comunidade, e que a engrandecem através de obras e ações de referência, que elevam o nome de Tavira, manifestamos gratidão pela dedicação, pelo empenho, pela persistência e pelo trabalho desenvolvido em prol do concelho.

Nunca deixaremos de nos sentir orgulhosos de sermos tavirenses.

De termos estado ao leme da candidatura nacional da Dieta Mediterrânica a património cultural imaterial da Humanidade.

Orgulhamo-nos sempre que ouvimos os milhares que nos visitam elogiarem o concelho, as suas gentes, a nossa gastronomia, as suas paisagens, a sua qualidade de vida e as suas políticas, que preservam a sua beleza e a intitulam de "Veneza Algarvia" pela sua relação com o Rio Séqua que se transforma em Rio Gilão assim que passa por debaixo da ponte antiga apelidada por muitos de "romana".

E termino citando os poetas da terra e a Marcha do Concelho de Tavira:

Aqui no meu coração, nesta terra gloriosa, que se mira no Gilão, como uma princesa Saudosa.

Tayira Linda Cidade, vou dizer-te sem vaidade:- do Algarve és a Princesa" senão a RAINHA.

Viva a Cidade de Tavira! Viva o Município de Tavira!





### Grupo da ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAVIRA

### **MOÇÃO de CONGRATULAÇÃO**

#### PANDEMIA COVID-19

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Tavira expressa publicamente o seu agrado e satisfação pelo trabalho desenvolvido por todos aqueles que, com determinação e coragem, deram o melhor de si e continuam a dar, no combate à pandemia Covid-19.

No combate à Covid-19 estiveram envolvidas numerosas pessoas e instituições, desde logo, na linha da frente, o Serviço Nacional de Saúde (SNS), os profissionais de saúde da Administração Regional de Saúde do Algarve, do Centro Hospitalar e Universitário do Algarve e do Instituto Nacional de Emergência Médica, desde os Cuidados Primários aos da Saúde Pública, aos Hospitais e Cuidados de Saúde Diferenciados e Intensivos, mas também os profissionais das forças e serviços de segurança e de proteção civil — Polícia de Segurança Pública, Guarda Nacional Republicana, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e Cruz Vermelha Portuguesa, os serviços municipais, das freguesias e das entidades participadas pelo Município de Tavira — Taviraverde — Empresa Municipal de Ambiente, Águas do Algarve, S. A. e ALGAR - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., das Instituições Particulares de Solidariedade Social, dos estabelecimentos de ensino e ainda numerosos voluntários da rede social municipal, associações, pessoas e empresas.

Saudamos igualmente o conjunto de medidas de apoio a agentes económicos e grupos sociais mais desfavorecidos adotado pelo Município de Tavira e o acompanhamento permanente da população mais vulnerável e o apoio aos grupos de risco, em colaboração com as Freguesias, bem como a disponibilidade ilimitada do Corpo de Bombeiros Municipais de Tavira.

Num plano menos visível, mas igualmente fundamental para a manutenção das redes de abastecimento e de serviços essenciais foram as centenas de trabalhadores e pequenos empresários que mantiverem as redes de retalho alimentar, desde as grandes superfícies às



## PARTIDO SOCIALISTA - Secção Concelhia de Tavira

pequenas mercearias de bairro, os serviços de correios e telecomunicações e associações privadas de voluntariado que, desde o início da pandemia COVID-19 e de forma exemplar, participaram, na definição e operacionalização de soluções concretas no combate à pandemia e na proteção das famílias, do tecido produtivo e da economia, evidenciando um excecional sentido do dever e uma permanente disponibilidade para o serviço público.

Todos eles, de uma forma ou outra, foram exemplares na sua atitude, determinação, empenho, bravura e intrepidez, tendo deixado, nalguns casos, as suas famílias para segundo plano, contribuindo assim, com o seu esforço e empenho, para minorar os dramas sociais e humanos que os nossos concidadãos mais vulneráveis e muitas famílias viveram e continuam a viver.

O combate à Covid-19 ainda não terminou, no entanto não pode o Grupo Parlamentar do PS deixar passar esta oportunidade para reconhecer, registando e valorizando publicamente o empenho e o trabalho de todos, os quais, diga-se com toda a justiça, em muito contribuíram para limitar os efeitos do Covid-19 no nosso concelho.

Da mesma forma, e porque o impacto da Covid-19 continua e continuará a afetar-nos importa, para além do reconhecimento e registo neste momento, valorizar os sinais que acolhemos e incentivamos no sentido de manter e reforçar níveis de alerta, disponibilidade de meios e a vontade de construir soluções que, sob a liderança do executivo municipal, permitiram e permitirão aligeirar os danos que a Covid-19 impuseram e vão continuar a impor na saúde e nas condições socioeconómicas da nossa comunidade.

Neste sentido, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em 17 de junho de 2020, delibera:

- Aprovar um voto de congratulação a todas essas pessoas (profissionais e 1. voluntários), instituições, organismos e empresas, sugerindo à Câmara Municipal que possa encontrar, dentro das suas competências, formas de perpetuar tal reconhecimento.
- Congratular-se com a pronta e massiva reação da sociedade civil tavirense, 2. expressa das mais diversas formas mais criativas e generosas que se poderiam imaginar, salvaguardando a coesão da nossa comunidade e permitindo que ninguém ficasse para trás entre nós.
- Manifestar a nossa solidariedade com as vítimas diretas e indiretas da COVID-19, 3. propondo à Câmara Municipal que continue a acompanhar a evolução da pandemia e estude a adoção e aplicação de medidas para limitar os efeitos socioeconómicos da nossa comunidade, em articulação com o Programa de Estabilização Económica e Social, aprovado pelo XXII Governo, e outras medidas que venham a ser implementadas, no contexto da AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve neste âmbito;
- Remeter cópia da deliberação que recair sobre esta proposta, para conhecimento 4. e divulgação, aos órgãos dirigentes das entidades supramencionadas e aos órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais, e proceder á sua publicação nos suportes de comunicação do Município de Tavira.



# Assembleia Municipal de 17 de Junho de 2020 Bancada / Grupo PSD

### PROPOSTA N.º114/2020/CM

Mapa de Fluxos de Caixa e 1ª. alteração modificativa ao Orçamento de 2020;

#### Declaração de Voto

Os Deputados Municipais eleitos pelo PSD após análise da Proposta n.º114/2020/CM - Mapa de Fluxos de Caixa e 1º alteração modificativa ao Orçamento de 2020; consideram que:

Esta proposta ao incorporar o saldo de gerência, no total de 21.255.558€ (com um aumento de 3.450.266€, face ao ano anterior) é no seu essencial o verdadeiro orçamento do Município de Tavira. Assim, com este reforço da receite confirma-se que estamos numa situação orçamental em que, face ao investimento previsto, existia folga suficiente para enquadrar as reduções de impostos (IMI e IRS) propostas pelo PSD, em sede de discussão do orçamento municipal de 2020, uma vez que mesmo considerando as reduções destes impostos para os valores mínimos, com os valores orçamentados, seria previsível novo saldo de gerência.

Tratando-se de impostos variáveis é de boa gestão que devam variar de acordo com o investimento do Município, mas nunca, apenas, para gerar saldo.

Neste cenário e quando é unânime e reconhecido entre todas as forças politicas desta Assembleia a urgência de investimento em necessidades básicas do concelho, como é o caso da habitação, que tal não seja considerado e que se cobre impostos acima do necessário ao mesmo tempo que as finanças da cidade acumulam riqueza.

Assim, votamos contra esta proposta e apresentamos a presente Declaração de Voto Vencido.

Pelos Deputados Municipais eleitos pelo PSD,

Jorge Corvo



## Assembleia Municipal de 17 de Junho de 2020 Bancada / Grupo PSD

### PROPOSTA N.º159/2020/CM - Prestação de Contas | 2019

#### Declaração de Voto

Os Deputados Municipais eleitos pelo PSD após análise da Proposta n.º159/2020/CM - Prestação de Contas | 2019; consideram que,

A proposta n.º159/2020/CM, relativa à Prestação de Contas de 2019, tem como base um documento técnico que entendemos bem elaborado e sobre o qual não temos quaisquer reservas, no entanto, a execução politica que esteve na sua base merece-nos sérias reservas.

Esta prestação de contas revela um grande desequilíbrio entre a execução da receita e da despesa (95,57% / 54,45%) o que confirma a falta de investimento do Executivo no nosso concelho. Trata-se de um exercício de gestão corrente, sem uma planificação estruturada de investimento e onde predomina a ausência de decisões fundamentais ao desenvolvimento socioeconómico do nosso concelho.

Assim, votamos contra esta proposta e apresentamos a presente Declaração de Voto Vencido. Pelos Deputados Municipais eleitos pelo PSD,

Jorge Corvo